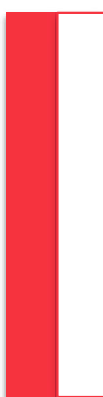


MESTRADO
ECONOMIA E GESTÃO DO AMBIENTE

**Proposta de modelo de relato de
sustentabilidade para as Pequenas e
Médias Empresas (PME) no
enquadramento português**
Maria de Fátima Ferreira Pinto

M

2023



PROPOSTA DE MODELO DE RELATO DE SUSTENTABILIDADE
PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME) NO
ENQUADRAMENTO PORTUGUÊS

Maria de Fátima Ferreira Pinto

Dissertação
Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente

Orientado por
Professor Doutor Manuel Castelo Branco

2023

Agradecimentos

Como Pessoa (1993) afirma:

*“Trago dentro do meu coração,
Como num cofre que se não pode fechar de cheio,
Todos os lugares onde estive,
Todos os portos a que cheguei,
Todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias,
Ou de tombadilhos, sonhando,
E tudo isso, que é tanto, é pouco para o que eu quero”*

Resumo

Pelo Planeta Terra se encontrar numa situação emergente climática, social e geopolítica assegurarmos o desenvolvimento sustentável é mais importante do que nunca. A produção de relatos de sustentabilidade ajuda a compreender o impacto da empresa e, caso seja prejudicial, a procurar práticas para redução do mesmo (Bateman et al., 2017).

As micro, pequenas e médias empresas são altamente vulneráveis às mudanças climáticas e são representadas em quantidade maioritária tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento (Atela et al., 2018). Em 2021, segundo Pordata (s.d.), 99,9 por cento das empresas em Portugal eram Pequenas e Médias Empresas (PME) e, segundo a European Commission (2022a) e OECD (2018), na União Europeia são pelo menos responsáveis por cerca de 60 por cento de todas as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) emitidas pelas empresas globalmente. Pela sua dimensão são descritas como a espinha dorsal da economia europeia (European Commission, s.d.).

Atualmente, existem modelos que guiam as empresas multinacionais e internacionais no reporte da informação, no entanto tornam-se complexos para o *know how* dos responsáveis das empresas de micro, pequena e média dimensão. Por isso, este estudo tendo por base um modelo de relato de sustentabilidade destinado às PME dos países nórdicos, denominado por *Nordic Sustainability Report Standard*, seguido de alterações/inclusões de acordo com as características da economia em Portugal e de acordo com o que as PME da região mediterrânea têm divulgado voluntariamente, sugere um modelo de relato de sustentabilidade para PME no contexto português.

Códigos JEL: D01, Q01, Q50, Q56

Palavras-Chave: Relato de Sustentabilidade, Pequenas e Médias Empresas (PME), *Nordic Sustainability Reporting Standard* e Indicadores

Abstract

Because the world is in an emerging climate, social and geopolitical situation, ensuring sustainable development is more important than ever. The production of sustainability reports helps to understand the impact of the company and, if it is harmful, to look for practices to reduce it (Bateman et al., 2017).

Micro, small and medium-sized enterprises are highly vulnerable to climate change and are represented in a majority in both developed and developing countries (Atela et al., 2018). In 2021, according to Pordata (s.d.), 99,9 percent of companies in Portugal were SMEs and, according to the European Commission (2022a) and OECD (2018), in the European Union they are responsible for at least about 60 percent of greenhouse gas (GHG) emissions of companies globally. By their size they are described as the backbone of the European economy (European Commission, s.d.).

Currently, there are models that guide multinational and international companies in the reporting of information, however they become complex for the *knowledge* of those responsible for micro, small and medium-sized companies. Therefore, this study based on a sustainability reporting model for SMEs in the Nordic countries, called the *Nordic Sustainability Report Standard*, followed by changes/inclusions according to the characteristics of the economy in Portugal and according to what SMEs in the Mediterranean region have voluntarily disclosed, suggests a sustainability reporting model for SMEs in the context Portuguese.

JEL Codes: D01, Q01, Q50, Q56

Keywords: Sustainability Report, Small and Medium-sized Enterprises (SMEs), Nordic Sustainability Reporting Standard and KPIs

Índice

1. Introdução.....	1
2. Revisão de literatura.....	5
2.1. A sustentabilidade como oportunidade para as PME	5
2.2. Práticas de sustentabilidade nas PME.....	6
2.3. Desafios para a implementação de práticas de sustentabilidade nas PME.....	8
2.4. Tipos de relato, normas e modelos existentes	9
2.4.1. Relato de Sustentabilidade.....	10
2.4.2. Relato Integrado (RI)	11
2.4.3. Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (NERS).....	12
2.4.4. <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI)	13
2.4.5. <i>Sustainability Accounting Standards Board</i> (SASB)	15
2.4.6. <i>Task Force on Climate Related Financial Disclosures</i> (TCFD).....	16
2.4.7. <i>Authentic Sustainability Assessment do United Nations Research Institute for Social Development</i> (UNRISD)	16
2.4.8. Modelo de Informação Não Financeira da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)	18
2.4.9. <i>Nordic Sustainability Report Standard</i> (NSRS)	18
2.5. Diferenças entre países nórdicos e os países mediterrâneos	21
3. Metodologia	26
4. Apresentação de resultados e proposta de modelo de RS	28
5. Conclusão.....	37
6. Implicações	40
7. Futuras pesquisas	41
8. Referências	42

Índice de figuras

Figura 1 - Processo através do qual o valor é criado, preservado ou corroído	11
Figura 2 - Normas GRI: Normas Universais, Setoriais e Temáticas.....	14
Figura 3 - Impactos e riscos externos (valor da empresa)	17
Figura 4 - Impactos e riscos de dentro para fora (valor do sistema).....	17

Índice de tabelas

Tabela 1 - Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade	13
Tabela 2 - <i>Nordic Sustainability Reporting Standard</i>	20
Tabela 3 - Amostra empresas com relatórios de sustentabilidade consideradas no estudo..	28
Tabela 4 - <i>KPIs</i> nos 22 relatórios de sustentabilidade.....	29
Tabela 5 - Presença dos <i>KPIs</i> nos 22 relatórios de sustentabilidade por país	30
Tabela 6 - Inclusão dos ODS nos <i>KPI</i> do NSRS	32
Tabela 7 - Proposta de RS para PME no contexto português com ODS e inclusão de novos indicadores.....	33
Tabela 8 - Proposta Final do modelo de relato de sustentabilidade para PME no contexto português	36

Índice de equações

Equação 1 - Quociente de Sustentabilidade	6
---	---

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ACCA - *Association of Chartered Certified Accountants*

CDSB - *Climate Disclosure Standards Board*

CME - Economias de Mercado Coordenado

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CSRD - *Corporate Sustainability Reporting Directive*

DINF - Divulgação de Informações Não Financeiras

EFAA - *European Federation of Accountants and Auditors for SMEs*

EFRAG - *European Financial Reporting Advisory Group*

ESG - *Environmental, Social and Governance*

G250 - As 250 maiores empresas do mundo por receita com base no *ranking Fortune* 500 do ano a que se referem

GEE - Gases com efeito de estufa

GRI - *Global Reporting Initiative*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IIRC - *International Integrated Reporting Council*

IPC - Índice de Perceção de Corrupção

ISSB - *International Sustainability Standards Board*

LME - Economias de Mercado Liberal

N100 - Amostra mundial das 100 maiores empresas por receita em 58 países e territórios

NERS - Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade

NSRS - *Nordic Sustainability Report Standard*

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OECD - *Organization for Economic Co-operation and Development*

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PME - Pequena e Média Empresa

RI - Relato Integrado

RS - Relato de Sustentabilidade

RSRS - *Nordic Sustainability Report Standard*

SASB - *Sustainability Accounting Standards Board*

SDPI - *Sustainable Development Performance Indicators*

SECO - *State Secretariat for Economic Affairs*

TCFD - *Task Force on Climate Related Financial Disclosures*

UNRISD - *United Nations Research Institute for Social Development*

VRF - *Value Reporting Foundation*

1. Introdução

Este trabalho desenvolve um modelo simplificado de relato de sustentabilidade (RS) que ajudará as Pequenas e Médias Empresas (PME) em Portugal a iniciar a elaboração do RS, de forma a contribuírem, principalmente, na transição ambiental. Tal modelo será elaborado com base no modelo *Nordic Sustainability Report Standard* (NSRS) (Nordic Sustainability Reporting Standard, n.d.), introduzindo alterações que se julgam adequadas face às diferentes características de Portugal quando comparado com os países nórdicos. A intenção é que o relatório de sustentabilidade seja utilizado como um instrumento de transparência altamente acessível e consequentemente contribua com indicadores de informação geral, económicos, ambientais e sociais (Nordic Sustainability Reporting Standard, n.d.).

No meio empresarial, maioritariamente a partir de 2010, foram incrementadas responsabilidades associadas às empresas definidas pelos *stakeholders* esperando-se que a instituição aja de forma ética e indo de encontro ao desenvolvimento sustentável (Calace, 2014). Ademais, por se tratar de um requisito as empresas adotam estas atividades também como parte da estratégia empresarial, conseguindo uma posição vantajosa competitivamente (Das et al., 2020). Antigamente, a competitividade tinha em consideração o preço e a qualidade, no entanto, atualmente, também está incorporado o valor acrescido nos *stakeholders* com base em relações éticas e transparentes. No perímetro dos stakeholders, além dos *shareholders* consta os funcionários, fornecedores, clientes, concorrentes, estado, autoridade, entre outros (ETHOS, 2008).

O termo “desenvolvimento sustentável” começou por ser abordado em 1992 no evento *Earth Summit* no Rio de Janeiro e aborda e três vertentes: prosperidade económica, qualidade ambiental e justiça social (Elkington & Rowlands, 1999). Segundo Griggs *et al.* (2013), o desenvolvimento sustentável é um

“desenvolvimento que encontra as necessidades do presente, salvaguardando o sistema de suporte de vida da Terra, do qual depende o bem-estar das gerações atuais e futuras” (p. 306).

Em 2015, foi lançado um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas (ONU) a fim de colmatar a pobreza, proteger o planeta, assegurar a prosperidade económica (Tsagas & Villiers, 2020), melhorar a saúde e a educação (United Nations, s.d.). Porém, o cumprimento ou o desenvolvimento de cada um dos

objetivos não pode ser dissociado do impacto da pandemia COVID-19, acabando por apresentar uma ameaça para o sucesso do que foi implementado pela ONU. No que diz respeito às empresas, nos relatos não financeiros, têm optado por interligar a informação que reportam com os ODS. Em 2022, 71 por cento dos relatórios das 100 maiores empresas por receita (N100) e 74 por cento das 250 maiores empresas do mundo por receita com base no ranking Fortune 500 (G250) mencionavam o ODS. Ambas as taxas obtiveram um crescimento ligeiro desde 2020, cerca de 2 por cento. O ODS nº 8 – “trabalho decente e crescimento económico” é o mais priorizado na N100, seguindo o ODS Nº 13 – “ação climática” e o ODS nº 12 – “consumo e produção responsável” (KPMG International, 2022). Através desta correspondência, as empresas conseguem alinhar as suas práticas com o objetivo a que estão a contribuir (KPMG International, 2022).

No segundo artigo do decreto-lei nº 372/2007 remete para a recomendação nº 2003/361/CE da Comissão Europeia, onde indica em anexo que a categoria de PME é constituída por empresas que contêm menos de 250 funcionários e cujo volume de negócios não exceda os 50 milhões de euros ou o total do balanço/ativo não seja superior a 43 milhões de euros. Dentro desta categoria, trata-se de uma pequena empresa quando emprega menos de 50 pessoas e o volume de negócios ou o total do balanço não exceda 10 milhões de euros. No entanto, caso tenha menos de 10 funcionários e o volume de negócios ou balanço total anual não exceda 2 milhões de euros é definida como uma microempresa. Uma empresa de média dimensão tem as características entre o máximo possível para ser considerada uma pequena empresa e o máximo possível para ser considerada uma PME.

As micro, pequenas e médias empresas são altamente vulneráveis às mudanças climáticas e são representadas em quantidade maioritária tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento (Atela et al., 2018). 95 por cento das empresas globais são PME (Ayyagari et al., 2011). Em 2015, 99 por cento das empresas na União Europeia eram PME (OECD, 2017). Segundo Pordata (s.d.), existiam em 2021, 1 357 657 PME em Portugal de um total de 1 359 035 empresas. Ou seja, 99,9 por cento das empresas em Portugal eram PME. As PME na União Europeia são responsáveis, pelo menos, por cerca de 60 por cento de todas as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) das empresas, segundo a European Commission (2022a) e OECD (2018). Desta forma, existe um consenso político e académico sobre o destaque das PME como contribuintes relevantes para o crescimento económico e na melhoria da taxa de emprego (Acs et al., 2012).

Devido a este impacto económico e ambiental, torna-se surpreendente como, até recentemente, as PME não tinham sido tidas em conta nos debates sobre a sustentabilidade, o relato e consciencialização das responsabilidades empresariais (UNRISD, 2022). Por isso, é importante englobar as PME no reporte de RS, sem deixar de ter em conta as suas características e barreiras, tais como, condições de mercado, estrutura empresarial e regulatória ou disponibilidade financeira, conhecimento, dados e tecnologia (OECD, 2019).

No tempo atual, existem modelos que guiam as empresas multinacionais e internacionais no reporte da informação, tais como as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (NERS), as normas da *Global Reporting Initiative* (GRI) e as normas do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB). O Relato Integrado (RI) e o RS são alguns exemplos de tipos de relato optados pelas empresas para divulgação de informação das três dimensões da sustentabilidade. No entanto, existem outros exemplos que também são abordados no tópico 2.4 e que se tornam complexos para o *know how* dos responsáveis das empresas de pequena e média dimensão ou com indicadores não suficientemente adequados ao contexto de Portugal.

Desta forma, com base no NSRS, tendo em conta as diferenças entre a região mediterrânea e a região nórdica, como também o que as PME da região mediterrânea têm divulgado nos relatórios de sustentabilidade e as diferenças económicas entre os países, serão realizadas alterações adaptativas ao contexto português (e dos países da região mediterrânea). As diferenças económicas têm impacto direto no desenvolvimento e na qualidade de vida dos países. Compreender essas diferenças económicas é fundamental para analisar as estruturas, os desafios e as oportunidades de cada região. A região nórdica e mediterrânea da Europa possui diferenças significativas em vários aspetos, incluindo economia, condições de trabalho, corrupção e desenvolvimento humano. Essas diferenças refletem-se nas características das PME, como produtividade e apoio governamental. As regiões nórdicas têm um ambiente favorável para as PME, com maior produtividade e lucro, enquanto as regiões mediterrâneas têm uma grande quantidade de microempresas de baixa produtividade. Embora as PME na Grécia e na Itália recebam um apoio estatal mais elevado (OECD, 2021). Essas disparidades são influenciadas por fatores sociopolíticos, institucionais e económicos específicos de cada região.

O estudo pretende responder às seguintes questões: Questão 1: “Quais são os indicadores

nos relatórios de sustentabilidade que atualmente as PME relatam?” e Questão 2: “Quais são as alterações e/ou inclusões e/ou exclusões ao modelo *Nordic Sustainability Report Standard* para o modelo de RS no enquadramento português?”

Para propor um modelo com base no NSRS irei recorrer a literatura académica, revisão literatura científica e técnica, *benchmarking* dos indicadores reportados em PME nacionais, como também nos países enquadrados na mesma variedade de capitalismo de acordo com Berrou & Carrincazeaux (2005). Desta forma, a metodologia que irei utilizar será qualitativa.

A recolha de dados através do *benchmarking* para obter relatórios de sustentabilidade das PME no mercado de Portugal, Espanha, Grécia e Espanha foram efetuadas no site *SME Sustainable Practices* (SME Sustainable Practices, s.d.a), posteriormente recorrendo à base de dados PME excelência 2021 (IAPMEI, s.d.) e por último na base de dados das Nações Unidas (United Nations Global Compact, s.d.a).

Através da inclusão das PME na divulgação do RS, as entidades de pequena e média proporção aproximam-se mais da solução do que propriamente do problema (UNRISD, 2022).

2. Revisão de literatura

Na revisão da literatura primeiramente é abordado a percepção da sustentabilidade nas PME, seguidamente quanto às suas práticas de sustentabilidade e posteriormente aborda os desafios para a implementação de práticas de sustentabilidade nas PME. Refere e faz uma breve apresentação dos tipos de relatos, normas e modelos, dando ênfase no *Nordic Sustainability Reporting Standard* por ser o modelo mais próximo do que se pretende com a dissertação. Culminando com o debate entre as diferenças económicas e sociais entre a região nórdica e o mediterrâneo, além das características das PME de cada país das regiões, de forma a tentar concluir alguma tendência ou similaridade.

2.1. A sustentabilidade como oportunidade para as PME

A sustentabilidade surgiu como interesse global entre a indústria, governos e organizações não-governamentais e historicamente evoluiu como resultado do crescimento económico, gestão da regulamentação ambiental e importância na equidade e justiça social (Christofi et al., 2012). Em conjunto, ocorreu um crescimento na abordagem ao conceito “desenvolvimento sustentável” que defende um desenvolvimento onde as necessidades atuais são garantidas, mas sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Resumidamente, existem três ideias-chaves relevantes para as empresas: o desenvolvimento não deve ser circunscrito à esfera económica; é necessária uma abordagem integrada das três vertentes sustentáveis e garantir que são adicionadas metas de longo prazo relativas à saúde e durabilidade da sociedade sem prejudicar as atuais e futuras gerações (UNRISD, 2022).

Para que este objetivo seja atingido o contributo tanto dos reguladores como das organizações empresariais, particularmente as empresas que sempre tiveram um papel importante no desenvolvimento económico do país, são fulcrais (United Nations, 1987). Por este motivo e pelo sentido de urgência para acelerar a transição, de acordo com Grin *et al.* (2010) a mudança para ações mais sustentáveis é definida como uma:

"transformação radical para uma sociedade sustentável, como uma resposta a uma série de problemas persistentes com que se confrontam as contemporâneas sociedades modernas" (p.1)

De forma a ser possível quantificar o desempenho em termos de contribuição para a sustentabilidade, McElroy (2008) sugere que se utilize a equação nº1. Os impactos atuais são divididos por impactos normativos e daí consegue-se medir o desempenho de

sustentabilidade de uma organização.

Equação 1 - Quociente de Sustentabilidade

$S = A/N$
S = Desempenho Sustentável, A= Impactos atuais, N= Impactos normativos

Fonte - McElroy (2008)

Após o surgimento de uma economia global, o empoderamento da tecnologia e consequentemente a digitalização dos estabelecimentos sucedeu novas oportunidades de crescimento para as empresas, pois, além de partilharem mercado com as empresas nacionais também partilham com as internacionais (Darcy et al., 2014). Essa vantagem traz desafios por abranger um maior número de concorrentes. Por este motivo, torna-se cada vez mais fulcral a imagem de marca das PME e o RS pode ser usado como forma de obter essa vantagem competitiva. Segundo Grewal *et al.* (1998), a publicação do relatório de sustentabilidade melhora a percepção do cliente/consumidor sobre a qualidade do produto (Grewal et al., 1998), reforça a confiança dos investidores (KPMG e Sustainability, 2008), além de elevar a moral dos colaboradores, consequentemente a produtividade, captação e retenção de talento (Turban & Cable, 2003). Adicionalmente, melhora o acesso a cadeias de suprimentos de multinacionais e, a propósito, as grandes empresas para benefício próprio ou por imposição, acabarão por solicitar informações sobre a sustentabilidade dos seus fornecedores (Global Reporting Initiative, 2013) e trata-se de um aspeto cada vez mais fulcral pelas PME também operarem à escala mundial e num ambiente competitivo e complexo (Sepideh & Kouhy, 2008). Além do impacto no acesso a suprimentos, tem-se verificado que os bancos se encontram mais interessados em obter mais informação quanto aos riscos de sustentabilidade relacionados com a atividade de crédito (Carnevale & Mazzuca, 2014).

No cenário atual, as *start-ups* e as PME no geral, apresentam reduzidos valores de produtividade, salários, inovação, internacionalização e participação em cadeias de valores globais, ainda que mundialmente haja espaço para que empresas se desenvolvam e cresçam (OECD, 2019).

2.2. Práticas de sustentabilidade nas PME

O que se tem verificado é que os proprietários das PME têm práticas interligadas com a sua

responsabilidade empresarial de forma informal e realizadas *ad-hoc*, ao contrário das grandes empresas que se trata de um processo altamente formalizado através de relatórios anuais (Preuss & Perschke, 2010). O caso anterior acontece por geralmente as PME não estarem suscetíveis a pressão por não venderem diretamente para o público (Preuss & Perschke, 2010), como também demonstra a ausência de percepção das vantagens estratégicas das atividades atuais ou potenciais de sustentabilidade (ACCA, 2012).

Na maioria das PME o proprietário é o mesmo indivíduo que o gerente, desta forma tem mais liberdade para poder implementar práticas de sustentabilidade pois não precisa de dar esclarecimentos aos acionistas (ACCA, 2012). Por este motivo, as realizações de práticas mais sustentáveis nas PME estão dependentes da visão e convicção dos gerentes/proprietários. Apesar desta categoria de empresas ser responsável por cerca de 64 por cento da poluição industrial (European Commission, 2022a) apenas uma pequena parte tem realizado proactivamente atividades para reduzir o impacto ambiental, de 3 a 4 por cento em microempresas, 7 a 8 por cento em pequenas empresas e 6 a 7 por cento em empresas de média dimensão (OECD, 2018). Chatzistamoulou & Tyllianakis (2022a), indicaram que as PME de menor dimensão têm menor probabilidade de praticarem estratégias verdes e segundo Garrido-Prada et al. (2021) menos probabilidade em desenvolver abordagens diferentes para a produção e utilização de energia, o que vai de encontro com o referido anteriormente pela OECD (2018). Por outro lado, segundo o Eurobarometer, através de uma recolha de pesquisas de opinião pública transnacionais realizadas regularmente das instituições da UE desde 1974, indica que mais de 90 por cento das PME na UE estão a realizar ações sustentáveis para serem mais eficientes nos recursos, nomeadamente na minimização de desperdícios, economia de energia e matérias-primas (OECD, 2018).

Num estudo executado pela European Commission, (2022b) relativo às PME nos Estados-Membros concluiu-se que os principais subtemas da minimização dos resíduos que têm gerado mais preocupação são os temas da reciclagem e quanto à reutilização de materiais e resíduos. Todavia, a Estónia, a Lituânia e a Espanha têm como central preocupação a poupança de energia e na Malta no que diz respeito à poupança de água. A maior parte das PME estão dispostas a investir em opções mais eficientes energeticamente e com mais processos *eco-friendly*, porém, para a implementação é necessário que o investimento tenha um financiamento.

No entanto, existe uma vulnerabilidade das PME às condições de mercado de crédito e as instituições bancárias (Chen et al., 2022), maioritariamente, encontrarem-se reticentes em colocar fundos nestes investimentos e pela carência de pessoal especializado para evoluir os projetos das PME (OECD, 2018). Inclusive, na esfera pública, quando comparado com os Estados Membros, Portugal é dos que menos comunica melhorias de acesso a apoio financeiro público com uma percentagem negativa de -4 por cento, equiparado à Bélgica. Destacando-se pela positiva a Áustria com uma melhoria de 26 por cento, Grécia com 17 por cento e França com 16 por cento (European Commission, 2022a).

Caso o fluxo de financiamento fosse simplificado, através do auxílio da divulgação de relatórios de sustentabilidade e a proporção de acesso a financiamentos subisse, as empresas teriam mais capacidade de orientar o seu *know-how* para o desenvolvimento de uma estratégia mais “verde” (Chatzistamoulou & Tyllianakis, 2022a).

2.3. Desafios para a implementação de práticas de sustentabilidade nas PME

Nas práticas de sustentabilidade existem desafios ao adotá-las e posteriormente ao implementá-las. As barreiras podem ser divididas em cinco vertentes: recursos, conhecimento, cultura da empresa, dificuldade financeira e ausência de apoios públicos.

No que diz respeito aos recursos, as PME costumam estar perante obstáculos como: falta de tempo para investigar problemas ou localizar suporte/ferramentas; pressão acrescida pela ausência de tempo; inexistência de alocação de recursos para tratar de questões ambientais; restrições de custos no investimento; ausência de funcionários com funções ou tarefas relativas a responsabilidade ambiental (OECD, 2018).

Pela falta de conhecimento dos requisitos ambientais, legislação ambiental, organizações de apoio e fontes de informação (OECD, 2018). Por exemplo, Cunha *et al.* (2020), ao estudarem as PME portuguesas, verificaram a falta de *know-how* como a principal barreira à adoção de práticas de eficiência energética e Chatzistamoulou & Tyllianakis (2022b), através de resultados econométricos, concluiu que as empresas com mais acesso a informação encontram-se mais próximas de realizar práticas relativas a ações de crescimento sustentável.

Os gerentes têm dificuldade em quantificar o impacto da sua atividade operacional no meio ambiente e na sociedade, como também quais seriam as melhores soluções dentro do seu contexto para um desenvolvimento mais sustentável (Das et al., 2020). Muitas vezes está

associado à crença de que as PME têm um baixo impacto ambiental, por isso não têm questões ambientais a considerar e que não seria significativo o que poderiam realizar para atingir um desenvolvimento mais sustentável (Pizzi et al., 2021). Aliás, existe a percepção cultural de que o meio ambiente não tem relevância para o negócio: o meio ambiente não tem *status* como uma questão do *core* dos negócios e há uma fissura entre ideias positivas que não se traduzem em ações (OECD, 2018).

No que diz respeito à implementação, existe um certo ceticismo sobre o custo potencial e benefícios de mercado (OECD, 2018), uma vez que como gera um custo adicional e, na maior parte das vezes, este tipo de empresas têm dificuldades financeiras e pouco poder de mercado faz com que essa consequência se torne um impedimento na concretização. Inclusive, o gerente não interliga o investimento como um retorno imediato financeiro, sendo comum investirem apenas no que é exigido no presente (Upstill-Goddard et al., 2015) e para haver uma mudança para um caminho mais sustentável teria de ser substituído a visão de curto prazo para a de médio e longo prazo.

A prática de sustentabilidade mais comum a ser necessária é a substituição da tecnologia para uma mais desenvolvida onde abranja mais eficiência energética (Parry, 2012) e um possível estímulo para a resolução deste desafio estaria relacionado com apoios políticos, criação de estruturas, diretrizes e metodologias adequadas para auxiliar as PME no planeamento, acompanhamento e avaliação das atividades sociais envolvidas (Krauss et al., 2010). Segundo Porter (1991), os regulamentos não prejudicam a vantagem competitiva, pelo contrário, frequentemente melhoram. Todavia, há uma significativa diversidade de atividades das PME e respetivamente diferentes problemas ambientais e níveis de risco, o que faz com que dificulte a colaboração do governo (OECD, 2018). Além disso, o governo está perante a existência limitada de informação divulgada neste tipo de empresas, o que pode ser solucionado com a proposta de modelo de RS que contém nesta dissertação.

2.4. Tipos de relato, normas e modelos existentes

Nas últimas dezenas de anos foram desenvolvidos alguns conceitos para a elaboração de relatos sobre a sustentabilidade empresarial (Baumuller & Sopp, 2021) com intuito de ajudar globalmente as empresas na participação da criação de um futuro mais sustentável tendo como ponto de partida a responsabilização e divulgação dos seus impactos no meio ambiente, nas pessoas e na economia. Tais como, o RS e o RI. Elaboradas normas para os

produzir, tais como as NERS, GRI e SASB. Além disso, modelos como o *Authentic Sustainability Assessment*, o *Task Force on Climate Related Financial Disclosures* (TCFD), o Modelo de Informação Não Financeira da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e o NSRS.

2.4.1. Relato de Sustentabilidade

Segundo Michelin & Parbonetti (2010), os relatórios de sustentabilidade são, em média, o meio preferido para divulgar os dados não financeiros por adotar uma perspectiva mais ampla. A denominação “informação não financeira” é entendida como uma informação complementar e/ou oposta à informação financeira (EFRAG, 2021) e, muitas vezes definido como informações ESG (*Environmental, Social and Governance*). Este tipo de relato tem um duplo objetivo: minimização dos riscos e identificação das oportunidades para a organização e para os *stakeholders* (UNRISD, 2022). Os utilizadores para produção do relatório normalmente utilizam as normas GRI (Baumuller & Sopp, 2021). Porém, são também utilizadas as normas SASB (Deloitte, 2021). O principal público-alvo na publicação do RS são as partes interessadas.

A apresentação de dados não financeiros tem-se demonstrado cada vez mais aplicado no meio empresarial global (Perello-Marin et al., 2022). Contudo, o crescimento tem sido mais representativo em países desenvolvidos do que em países em desenvolvimento (Masum et al., 2020). De acordo com a KPMG Internacional (2022), 96 por cento das empresas G250 publicaram relatórios de sustentabilidade em 2022, e em 1999 apenas seriam cerca de 35 por cento. No entanto, em Portugal, desde 2017 até 2020 a divulgação de relatórios de sustentabilidade das empresas N100 desceu cerca de 8 por cento, passando de 80 por cento para 72 por cento, comportando-se no sentido oposto da média global das empresas N100 (KPMG International, 2020). Em 2022, Portugal subiu 13 por cento face a 2022, encontrando-se em 85 por cento (KPMG International, 2022). Quanto ao reporte de relatórios de sustentabilidade verificado por setor, segundo KPMG Internacional (2020), os setores das empresas N100 que mais reportaram em 2020 são: o setor da Tecnologia, *media* e telecomunicações; Indústria mineira; Indústria automóvel; Petróleo & Gás; Indústria química. Por outro lado, o setor que menos produz relatórios de sustentabilidade é o setor do Retalho. Em 2017, os setores líderes e o que menos divulgava no que diz respeito a RS eram análogos ao ano de 2020 (KPMG International, 2020).

Quanto à qualidade dos relatórios de sustentabilidade verifica-se uma inclinação para relatos

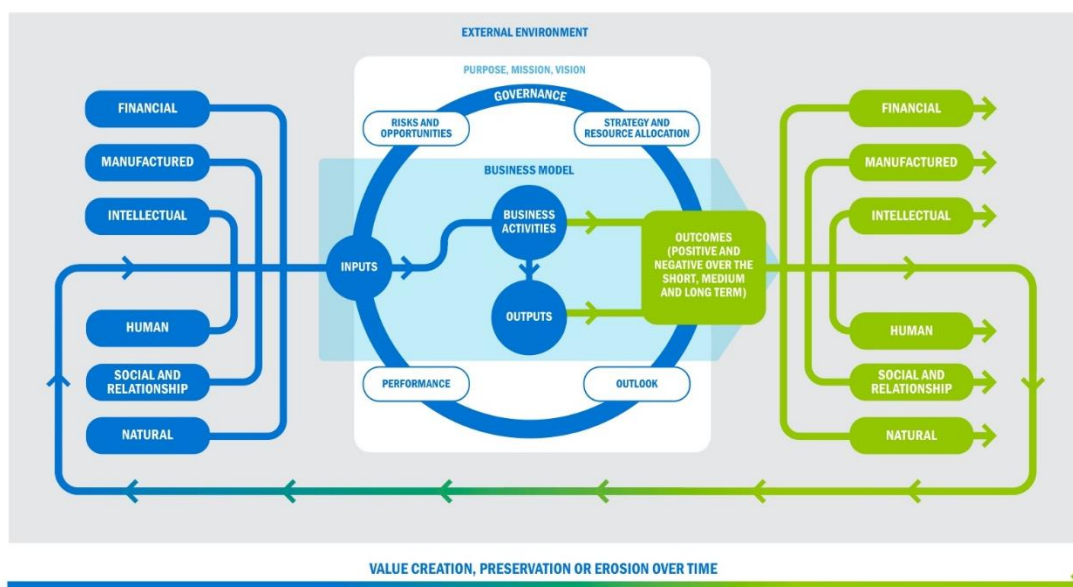
“positivos”, porém espera-se que as organizações consigam superar o desafio e encontrem uma forma de comunicar tanto os impactos positivos como os negativos (KPMG International, 2022).

2.4.2. Relato Integrado (RI)

O RI tem como objetivo interligar as demonstrações financeiras com as informações financeiras relacionadas à sustentabilidade (IFRS, 2022), ou seja, consolidar os conceitos do *International Accounting Standards Board* (IASB) e da ISSB.

A estrutura do RI abrange sete princípios básicos, nomeadamente: integração da informação, as relações com as partes interessadas, a coerência e a comparabilidade, a concisão, a confiabilidade e integridade, o foco estratégico e a orientação para o futuro (IIRC, 2021). Relativamente à estrutura conceptual apresenta um conjunto de informação financeira, não financeira, nomeadamente informação relativa à preservação e criação de valor nos diferentes conjuntos de ativos vitais ou múltiplos capitais. O conjunto abrange seis tipos de capitais, em que estes são: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e ambiental (IIRC, 2021). O processo desde a criação de valor ou corrosão pelo tempo encontra-se demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - Processo através do qual o valor é criado, preservado ou corroído



Fonte – IIRC (2021)

As vantagens associadas à divulgação do RI resulta numa escrita e linguagem mais transversal que pressupõe uma colaboração entre as diferentes áreas funcionais da organização, trazendo o valor na visão a longo prazo (IIRC, 2021).

De acordo com a KPMG Internacional (2020), o relatório mais recente da entidade que aborda esta questão, nas empresas N100, apenas 16 por cento têm divulgado relatórios integrados e no que diz respeito às empresas G250 são cerca de 22 por cento. No entanto, em ambas esferas de empresas verificou-se um aumento de 2 por cento e 8 por cento, respetivamente, quando comparado com 2017. Em contrapartida, o crescimento ainda representa pouca representatividade quando comparado com o RS. Apenas em África do Sul, Japão e Sri Lanka é que o RI é o tipo de reporte maioritário (KPMG International, 2020).

2.4.3. Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (NERS)

A publicação da *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD) ocorreu em substituição da diretiva sobre Divulgação de Informações Não Financeiras (DINF). Inclui requisitos mais detalhados e obrigatoriedade na divulgação da informação às grandes empresas e às organizações cotadas em bolsa. Ao abrigo da CSRD, as grandes empresas e sociedades cotadas em bolsa serão obrigadas a reportar informação não financeira a partir de 2024 (PWC, 2023). Nesse mesmo ano, está previsto a publicação de *standards* específicos para as PME de forma a apelar a que procedam ao reporte da informação de forma voluntária (EFAA, 2023).

As NERS são elaboradas pelo *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG) e abrange 12 normas em que 2 são de índole geral, 5 de carácter ambiental, 4 de informação social e a restante de informação empresarial, de acordo com a tabela 1. Apesar disso, prevê-se que entre 2024 e 2026, a publicação de normas setoriais para 41 setores (PWC, 2023).

Tabela 1 - Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade

Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (NERS)	
1. Normas Gerais	
1.1. Requisitos Gerais	
1.2. Divulgações gerais	
2. Ambiente	
2.1. Alterações Climáticas	
2.2. Poluição	
2.3. Água e recursos marinhos	
2.4. Biodiversidade e ecossistemas	
2.5. Uso de recursos e economia circular	
3. Social	
3.1. Trabalhadores da entidade	
3.2. Trabalhadores na cadeia de valor	
3.3. Comunidades	
3.4. Consumidores e utilizadores finais	
4. Governo	
4.1. Conduta de negócio	

Fonte - PWC (2023)

Segundo o *draft* das NERS os requisitos que serão exigidas às empresas, no que diz respeito, por exemplo, a alterações climáticas, além de abranger relato de informação do tema, também incluiu a apresentação de planos de ação e metas para redução dos impactos negativos. Quanto a requisitos relativos à cadeia de valor, para além de solicitar informação da empresa exige detalhe sobre o restante da sua cadeia de valor (PWC, 2023).

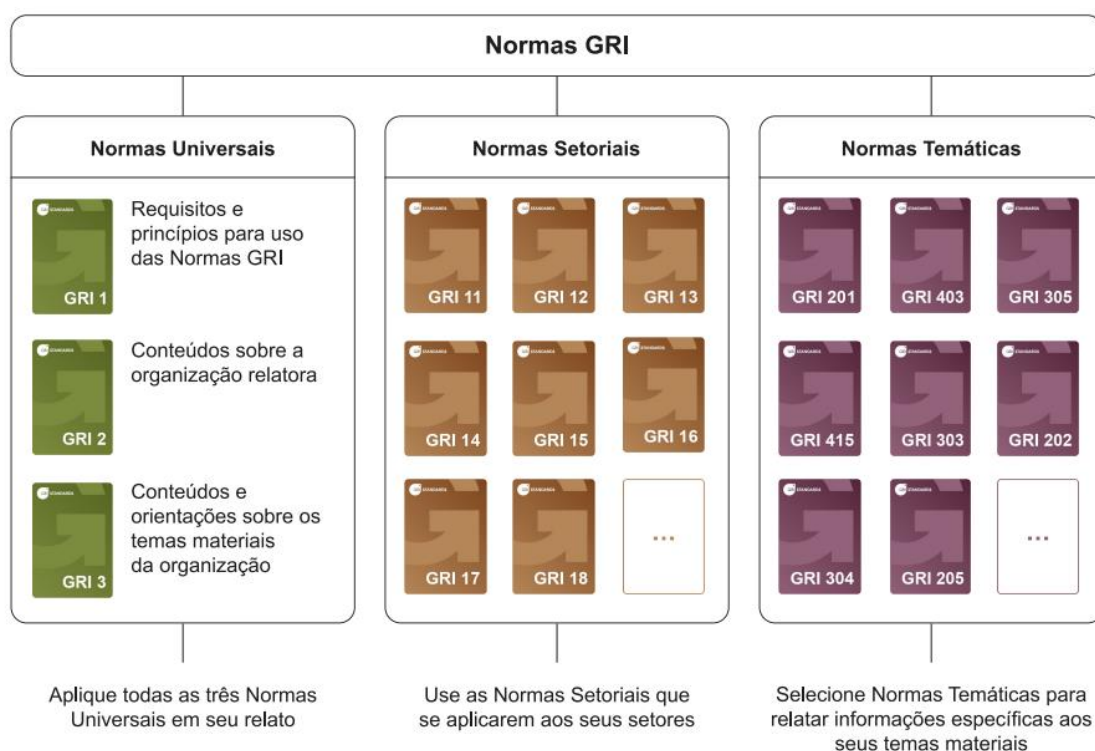
2.4.4. Global Reporting Initiative (GRI)

O GRI teve origem em 2002 e disponibiliza normas de relato de sustentabilidade em que inclui informações sobre biodiversidade, resíduos, emissões, diversidade e igualdade, segurança, saúde e quanto à abrangência dos impostos. Tem como objetivo a transparência da divulgação e na comunicação entre a empresa e as partes interessadas (GRI, s.d.a).

Em primeiro, identifica-se, depois avalia-se os impactos e determina-se os temas materiais. Para tal é necessário ter a perceção do contexto empresarial, identificar impactos atuais e potenciais, avaliar a importância dos impactos e após a avaliação identificar quais são os impactos mais relevantes a reportar.

Para o reporte existem três tipos de normas GRI: Normas Universais- nº1. a 3, Normas Setoriais- nº11 a 18 e Normas Temáticas- nº201, 403, 305, 415, 303, 202, 304 e 205 (GRI, s.d.b). A GRI 1 aborda requisitos e princípios para aplicação das normas, no que diz à 2 divulga a organização relatora e a 3 relata e orienta sobre os temas materiais da organização (GRI, s.d.b).

Figura 2 - Normas GRI: Normas Universais, Setoriais e Temáticas



Fonte – GRI (2016, p. 5)

O GRI em cooperação com a *Swiss Confederation's State Secretariat for Economic Affairs* (SECO), entre o ano de 2016 e 2021, foi desenvolvido um programa para apoiar as PME em seis países com economias emergentes, tais como a Colômbia, Gana, Indonésia, Peru, África do Sul e Vietnam. O objetivo do programa *Corporate Sustainability and Report* é, principalmente, contribuir e desenvolver a capacidade das PME para produzir relatórios de sustentabilidade. Da iniciativa do programa resultou em 2 500 adesões de PME (GRI, s.d.c).

Desde 1997, o GRI destaca-se como as normas mais utilizadas para produção de relatórios não financeiros, por isso tem a reputação como ponto vantajoso face às outras hipóteses de normas para reporte. Em 2022, 68 por cento do N100 e 78 por cento do G250 optou pelas

normas GRI para o RS. Apesar da variabilidade regional, as percentagens têm crescido de ano para ano (KPMG International, 2022).

Os autores Arena & Azzone (2012) ao recorrerem aos relatórios de sustentabilidade existentes nas empresas do setor siderúrgico em Itália verificaram dificuldades nas PME ao aplicarem as normas GRI. Em primeiro, apuraram o excesso de informação necessária para o preenchimento do modelo GRI por incluir 79 indicadores. Em segundo, a ausência de identificação dos indicadores mais relevantes, faz com que dificulte a comparabilidade quanto ao desempenho sustentável. No entanto, a segunda dificuldade não é específica das normas GRI, mas das normas internacionais para relato de sustentabilidade.

2.4.5. Sustainability Accounting Standards Board (SASB)

As normas SASB tiveram origem em 2011, pertencem à *International Financial Reporting Standards* (IFRS) *Foundation* e atualmente são supervisionados pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB), com o objetivo de através de um reporte comum divulgar os impactos na economia, no meio ambiente e nas pessoas para que sejam pertinentes para a criação de valor empresarial. Disponibilizam 77 *guidelines* para cada setor empresarial em que identificam os tópicos de gestão, ambientais e sociais a ter em conta em cada um (SASB, s.d.)

No panorama de 2022, um terço das empresas N100 e perto de metade das empresas G250 optam pelas normas SASB, justificado principalmente pelos Estados Unidos da América (EUA) e o Canadá (KPMG International, 2022).

Recentemente devido à complexidade associada ao método de divulgação o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e o SASB, fundiram-se na *Value Reporting Foundation* (VRF) em junho de 2021, para que no futuro se obtenha algo mais simplificado (SASB, s.d.). Em 3 de novembro de 2021, a IFRS Foundation anunciou a consolidação da VRF e do *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB) na IFRS Foundation (IFRS, s.d.).

A VRF dispõe de um conjunto de recursos para auxiliar as empresas e investidores quanto à criação de valor, preservação e corrosão ao longo do tempo (IFRS, s.d.). A estrutura CDSB apresenta formas de relatar informações ambientais e sociais em relatórios normalmente produzidos pelas empresas (CDSB, s.d.). No primeiro modelo, em 2010, apresentou formas de abordar riscos e oportunidades relativos à mudança climática. Em 2015, foi revisto o modelo e para além de divulgar informações sobre mudança climática, também inclui

informações ambientais (CDSB, s.d.).

2.4.6. Task Force on Climate Related Financial Disclosures (TCFD)

O TCFD foi realizado pelo *Financial Stability Board* e teve origem em 2015 para responder ao perigo das mudanças climáticas e à ameaça eminente à estabilidade do sistema financeiro global. A *Task Force* tem como objetivo melhorar a informação sobre os riscos nos relatórios para que os *stakeholders* os considerem aquando da tomada de decisão (KPMG International, 2022).

As recomendações foram publicadas em 2017 e encontram-se divididas em quatro áreas: gestão relativo a riscos e oportunidades com o clima, estratégia e orientação financeira tendo em conta os potenciais riscos e oportunidades, gestão de riscos onde abrange processo de identificação e avaliação e, por último, métricas e metas para avaliar e gerir os riscos (TCFD, 2017). Em 2021, a *Task Force* comunicou que 2600 organizações em 89 países usavam as recomendações TCFD (KPMG International, 2022).

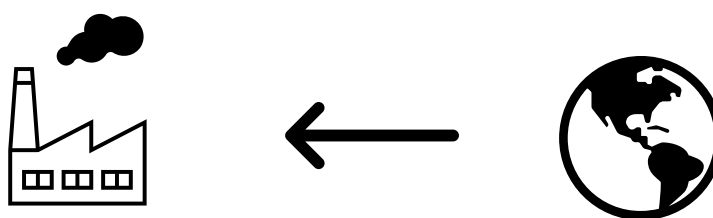
Em 2022, cerca de um terço das empresas N100 reportou de acordo com as recomendações TCFD e quase dois terços do conjunto de empresas G250. A proporção das empresas N100 aumentou para o dobro desde 2020 e no que diz respeito às empresas G250 acresceu 24 por cento. Estes dois factos mostram a confiança notável e exponencial entre as empresas e o modelo, principalmente sentidos nas entidades nos setores de automóvel, mineiro e tecnologia, *media* e telecomunicações (TMT) (KPMG International, 2022).

2.4.7. Authentic Sustainability Assessment do United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD)

A UNRISD lançou um manual com um conjunto de *Sustainable Development Performance Indicators* (SDPI) a interligar as informações para serem reportadas pelas empresas com os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, uma vez que os modelos de relatórios atuais ainda não os transparecem fazendo com que o meio corporativo não seja capaz de avaliar efetivamente quanto e como está a contribuir para as prioridades e aspirações globais para 2030. Além do dito anteriormente, defendem que os atuais modelos contêm um número excessivo de indicadores e deslocados dos objetivos para um desenvolvimento sustentável (UNRISD, 2022).

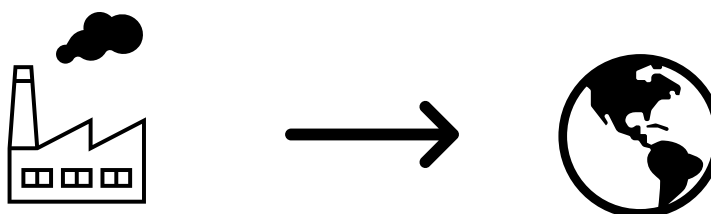
Os relatórios com informações ESG indicam os impactos e riscos que o Planeta Terra sujeita as empresas em termos ambientais, sociais e corporativo. Para que daí se retire o valor do empreendimento. Ou seja, apresenta uma perspectiva de fora para dentro (UNRISD, 2022). No entanto, UNRISD (2022) através da abordagem SDPI oferece uma alternativa ao ESG por conter uma perspectiva oposta onde se analisa o impacto da empresa no mundo, a fim de serem traçadas metas ambiciosas. As Figuras 3 e 4 representam ambos os fluxos.

Figura 3 - Impactos e riscos externos (valor da empresa)



Fonte – UNRISD (2022, p.11)

Figura 4 - Impactos e riscos de dentro para fora (valor do sistema)



Fonte – UNRISD (2022, p.11)

O SDPI está dividido em duas partes. A primeira parte com 20 indicadores sobre o desempenho da empresa nos cinco anos anteriores. Abrange 7 de área económica, 3 da área do ambiente, 5 da área social e 5 da área institucional. A segunda parte aborda o impacto e revela o potencial transformador da organização. No total inclui 61 indicadores. Dentro do total de indicadores da segunda parte, 41 são relativos às três áreas sustentáveis, 17 baseados no contexto e 24 sobre o potencial transformador da empresa (UNRISD, 2022).

2.4.8. Modelo de Informação Não Financeira da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

Em fevereiro de 2021, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) disponibilizou um modelo de relatório para divulgação não financeira para sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado. O objetivo do modelo é contribuir para a existência de informação padronizada de matéria sustentável, nas suas três vertentes: ambiental, social e de governo societário a fim de ser possível a comparabilidade apesar das diversas realidades que as empresas se inserem e dos desafios inerentes. Desta forma, apesar da heterogeneidade, as partes interessadas, principalmente os investidores, poderão utilizar a informação dada através dos indicadores (CMVM, s.d.).

O Modelo do Relatório está dividido em uma parte dedicada à descrição do modelo empresarial, fatores de risco e das políticas implementadas nas empresas relativo a diversos temas. A segunda parte consta informação explicativa da primeira parte, sendo identificadas as razões, como também esclarecimentos para eventual não aplicação de certas políticas (CMVM, s.d.).

2.4.9. Nordic Sustainability Report Standard (NSRS)

O NSRS foi desenvolvido para as pequenas e médias empresas na região nórdica. A região do norte da Europa é composta por cinco países, tais como, a Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia e por três territórios autônomos designados por Ilhas Faroé, Groenlândia e Aland.

O modelo NSRS apresenta foco na criação de valor centrado no utilizador, mitigação do risco climático, ecossistema de partes interessadas, inovação do modelo de negócios sustentáveis, mudança de problemas, *greenwashing* e transições de sustentabilidade em perspectiva sistemática (Nordic Sustainability Reporting Standard, n.d.). Ademais, aborda a economia circular em substituição da economia linear.

Está desenvolvido de forma sintetizada comparativamente com as normas existentes para que seja mais adequado a empresas de pequena e média escala. Além disso, este modelo está direcionado para utilização dos contabilistas juntamente com os gerentes das empresas. Ou seja, o relatório é para utilidade dos gerentes das PME, contabilistas (utilizador principal) e

após o preenchimento dos investidores, bancos, consumidores, grandes empresas e governos.

Os relatórios de NSRS estão divididos em 3 níveis de acordo com o nível de maturidade: Nível 1, Nível 2 e Nível 3. O relatório adequado ao nível 1 é o mais simples de realizar e o que pressupõe menos tempo para a realização. Apresenta-se ideal para organizações com pouca ou nenhuma experiência e pouco acesso a recursos. No que diz respeito ao nível 3 apresenta mais complexidade e qualidade no relato de sustentabilidade, mas também abrange mais tempo necessário para preenchimento do relato de sustentabilidade. Neste caso, as empresas com muita experiência, altamente motivadas e com extensa disponibilidade de recursos são adequadas para este nível (Nordic Sustainability Reporting Standard, 2021).

Relativamente ao modelo para empresas que se encontram no nível 1 de reporte abarca 10 passos. No primeiro passo, a empresa indica qual é o compromisso climático como por exemplo 50 por cento da redução de GEE até 2030 ou promessa de investigação e pesquisa sobre quais os indicadores são mais de encontro com a organização. Seguidamente, no segundo passo contém informação básica da empresa. No terceiro passo são indicados os *stakeholders* envolvidos na PME. No quarto passo avalia o impacto na área ambiental, social e económica. Posteriormente, como quinto passo encontra-se a identificação do risco climático e as oportunidades que daí surgem. Nos últimos passos abordam o perfil da gestão e as suas considerações. Na tabela 1 encontra-se em formato tabela os passos com informação quantitativa solicitada pelo modelo NSRS em empresas inseridas no nível 1, porque serão os analisados e consequentemente alterados ou incluídos indicadores, consoante o contexto a que a dissertação pretende.

Tabela 2 - Nordic Sustainability Reporting Standard

Nordic Sustainability Reporting Standard	
Passo 1: Compromisso Climático	
1.1. Meta Climáticas	
1.2. Ano previsão	
1.3. Ano reporte	
Passo 2: Perfil	
2.1. Nome da organização	
2.2. Website	
2.3. Objeto	
2.4. Localização	
2.5. Número de Identificação Fiscal	
2.6. Escala da Organização ¹	
2.7. Principais fornecedores	
Passo 3: Stakeholders	
3.1. Lista de stakeholders internos	
3.2. Lista de stakeholders externos	
Passo 4: Avaliação do Impacte	
4.1. Ambiental	
4.1.1. Entradas de material	
4.1.1.1. Total de peso ou volume do material ²	
i. Materiais não-renováveis	
ii. Materiais renováveis	
4.1.2. Resíduos	
4.1.2.1. Total de peso dos resíduos descartáveis	
4.1.3. Energia	
4.1.3.1. Total de energia consumida e/ou produzida	
i. Fontes não-renováveis	
ii. Fontes renováveis	
4.1.4. Emissões de Gases Efeito de Estufa	
4.1.4.1. Emissões diretas (scope 1)	
4.1.4.2. Emissões indiretas (scope 2)	
4.1.5. Taxonomia da EU	
4.1.5.1. Indicar qual é o impacto da taxonomia EU	
4.2. Social	
4.2.1. Número de colaboradores por género ³	
4.2.2. Base salarial por tipo de colaborador	
i. Cargos de liderança	
ii. Gestão	
iii. Staff experiente	
iv. Staff iniciante	
4.2.3. Percentagem de tempo de baixas médicas	
4.2.4. Número de funcionários com formação em Segurança e Saúde	
4.2.5. Número de horas de formação	

Fonte - Elaboração própria

2.5. Diferenças entre países nórdicos e os países mediterrâneos

Apesar de ambas as regiões estarem localizadas na Europa, possuem diferenças significativas em vários aspetos. Essas diferenças podem ser encontradas em aspetos como a economia, condições de trabalho, nível de corrupção, nível de desenvolvimento humano e outros fatores que serão explorados ao longo do texto. Consequentemente essas diferenças refletem-se nas características das PME, ao nível da produtividade e quanto ao que recebem como apoio público.

Primeiramente, abordaremos diferentes teorias que procuram analisar as relações entre sociedade, política e instituições. Compreender essas teorias é fundamental para analisar a interação complexa entre fatores sociais, políticos e institucionais no funcionamento das sociedades modernas.

A teoria sociopolítica defende que uma empresa não pode ser separada do contexto social em que opera pelo qual é moldada e influenciada (Clarkson, 1995). O comportamento empresarial depende da relação entre o estado e a autoridade pública com a sociedade (Favotto et al., 2016), bem como do contexto económico (Campbell, 2007). Por outro lado, a teoria institucional aborda a relação entre o estado e a empresa, verificado na pressão criada pela instituição sobre as empresas para adotar comportamentos específicos ou práticas específicas (Carnevale & Mazzuca, 2014). Os contextos destas relações diferem entre países e/ou regiões, e consequentemente a variação do valor de mercado da empresa (Semenova & Hassel, 2008) associado à divulgação do relatório de sustentabilidade também pode alterar mediante o contexto do país e/ou região (Nilsson et al., 2008). Segundo Carnevale & Mazzuca (2014), os investidores ao estarem com maior acesso a informação sobre riscos e oportunidades em temas sustentáveis atribuem mais credibilidade às empresas por possibilitar decisões mais eficientes.

A forma como o mercado, sociedade civil e relações entre a instituição e entidades económicas estão organizadas são abordadas nas variedades de capitalismo (Gjølberg, 2009). Apesar da maioria dos estudos científicos dividirem as variedades de capitalismo entre Economias de Mercado Liberal (LME) e Economias de Mercado Coordenado (CME), segundo Berrou & Carrincazeaux (2005), existem cinco variedades de capitalismo (VoC): economias baseadas no mercado, capitalismo da europa continental, economia social-democrata, capitalismo mediterrâneo e capitalismo da europa central e oriental.

Primeiramente, nas economias baseadas no mercado, a concorrência no mercado de produtos é livre e a competição não está regulada, quanto aos salários e instituições do mercado de trabalho é extremamente flexível e no que diz respeito ao setor financeiro e empresarial é baseado nas interações de mercado e na autorregulação. Na proteção social é subdesenvolvido e por último na educação, investigação e desenvolvimento e inovação o setor privado tem um papel importante. Em segundo, o capitalismo da Europa continental tem regulado as atividades empreendedoras da concorrência, como também uma política ativa do mercado laboral, quanto ao setor financeiro o banco representa-se como intermédio relativa às interações de mercado e na autorregulação (o mesmo acontece nos países com economias social-democratas) e com um sistema público desenvolvido para a matéria da proteção social e educacional. Em terceiro, a economia social-democrata difere da anterior no mercado da concorrência pois apresenta uma regulamentação limitada e quanto aos salários tem intervenções públicas. Em quarto, o capitalismo mediterrâneo apresenta-se com o mercado concorrencial extremamente regulado, o mercado laboral protegido pela legislação, os mercados financeiros relativamente subdesenvolvidos, existe proteção social a grupos específicos e no sistema educacional apresenta um sistema público com baixos resultados. Por último, no capitalismo central e oriental, existe uma forte intervenção pública no mercado concorrencial, um mercado laboral flexível, o setor financeiro similar ao capitalismo mediterrâneo, apresenta uma fraca proteção social e na vertente educacional encontram-se com um sistema menos desenvolvido.

O Reino Unido e a Irlanda estão englobados na economia baseada no mercado. No capitalismo da Europa continental tem como exemplo a França e a Alemanha. Em economias social-democratas encontram-se os países nórdicos. Posteriormente, o capitalismo mediterrâneo engloba Portugal, Itália, Espanha e Grécia, marcado por algumas capacidades na esfera da governação, capacidades limitadas na coordenação estratégica no que diz respeito a relações de trabalho e forte intervenção estatal da economia (Hall, 2018). A Rússia está abrangida num capitalismo oriental (Pinto et al., 2019).

No que diz respeito ao contexto económico, particularmente ao índice do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em 2022, a Noruega, a Dinamarca, a Suécia, a Islândia e a Finlândia encontram-se no top 10 dos melhores resultados. Relativamente à Itália, Espanha, Grécia e Portugal encontram-se numa posição intermédia quando comparados com os restantes países da Europa (Eurostat, s.d.). Tendo em conta que a condição económica afeta

diretamente a qualidade social e institucional, após análise foi detetado diferenças entre as duas regiões e dentro das mesmas.

As condições de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores e das famílias estão correlacionadas, resultando na importância de as assegurar. As organizações sindicais têm o objetivo de promover e defender os interesses dos trabalhadores. Por isso, recorrendo ao indicador da densidade sindical, de acordo com as estatísticas do *International Labour Organization* (ILOSTAT), a Islândia apresenta um valor elevado de 91,4%, a Dinamarca de 67%, a Suécia de 65,2%, a Finlândia de 58,8% e a Noruega de 50,4%. Por outro lado, nos países da região do mediterrâneo apresentam valores baixos, particularmente, em Portugal, Espanha, Itália e Grécia com 12,3%; 12,4%; 32,5 e 19% respetivamente (ILOSTAT, s.d.).

Após indicação do nível de sindicalismo é relevante abordar a corrupção como um desafio enfrentado em diferentes países ao redor do mundo. A corrupção tem sido uma das principais causas para a deterioração da paz global desde há 15 anos (Transparency International, s.d.). Além de que prejudica a capacidade dos governos de proteger as pessoas e destrói a confiança do público. O Índice de Perceção de Corrupção (IPC) criado pela *Transparency International* em 1995 mede o grau relativo de corrupção dos países, anualmente. Em concreto atribuiu uma classificação, numa escala de 0 (altamente corrupto) a 100 (muito limpo/muito íntegro) analisando em 180 países e territórios. Em 2022, a Dinamarca apresentou uma pontuação de 90, a Finlândia de 87, a Islândia de 74. Por outro lado, Portugal apresentou uma classificação de 62, Espanha de 60, Itália de 56 e Grécia de 52. Dentro destes países que se situam na região nórdica e na região mediterrânea, a Dinamarca e a Grécia melhoraram o panorama da corrupção desde o último ano. A Islândia, Portugal e Itália mantiveram a posição. Enquanto a Finlândia, Suécia e Espanha pioraram quanto à sua integrabilidade (Transparency International, s.d.).

Seguidamente, quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em que se avalia em termos económicos, sociais e de qualidade de vida o progresso do país. Nomeadamente tendo em conta dimensões como: vida longa e saudável, ter habilitações académicas e desenvolvimento económico. Dentro dos que estão melhores posicionados encontra-se a Noruega com 0,961, a Islândia com 0,959, a Dinamarca com 0,948 e a Suécia com 0,947. A Espanha tem uma pontuação de 0,905, a Itália de 0,905, a Grécia de 0,887 e Portugal com 0,866. A Itália e Portugal destacam-se negativamente no que diz respeito ao tempo de

escolaridade, quando comparados com os países nórdicos. Relativamente ao rendimento nacional bruto per capita os países na região mediterrânea encontram-se significativamente abaixo dos países nórdicos (United Nations Development Programme, s.d.).

Além das disparidades económicas e sociais verificadas nos anteriores indicadores, também se confirma diferenças entre as PME de cada país da região nórdica e da região mediterrânea. Desta forma, destacam-se as variáveis: tamanho e produtividade, lucro e apoio recebido do estado.

A Dinamarca, a Finlândia, a Islândia, a Noruega e a Suécia possuem um ambiente favorável para as PME. Pois, no caso da Dinamarca, apesar de existir menos proporção de PME do que a OECD, apresentam um valor gerado acima do valor médio dos países da OECD. Enquanto a Finlândia e a Islândia além de apresentar maior contribuição para o emprego, também tem um maior nível de produtividade. A Noruega e a Suécia têm uma menor quantidade e nível produtividade nas PME quando comparado com a média da OECD. No entanto, a Suécia apresenta alta produtividade nas microempresas. No que diz respeito aos países da região mediterrânea existe uma característica comum nos quatro países: uma grande população de microempresas de baixa produtividade (OECD, 2021).

Em termos do lucro gerado pelas PME destaca-se a Dinamarca por apresentar um lucro gerado substancialmente acima da média dos países da OECD. Os restantes países da região nórdica e Portugal apresentam lucros levemente superiores ao indicado como média da OECD. No que diz respeito à Itália, Grécia e Espanha encontram-se abaixo do verificado como valor médio (OECD, 2021).

O Estado fornece suporte crucial às PME, impulsionando seu desenvolvimento e crescimento. A Grécia e a Itália realçam-se com apoios elevados do Estado, 58% e 54%, respetivamente, enquanto a média da OECD é de 33,6%. Os países remanescentes apresentam valores de apoios recebidos do estado abaixo do valor médio, embora a Noruega e Espanha demonstrem dimensão de apoios próximo da média (OECD, 2021).

Estas características revelam disparidades económicas e sociais entre as regiões nórdicas e mediterrâneas, bem como as diferenças nas características e apoio às PME. Essas diferenças são influenciadas por fatores sociopolíticos, institucionais e económicos específicos de cada região. Por este motivo, as divulgações individuais do relato de sustentabilidade das duas áreas

geográficas terão de refletir as diferentes características económicas e sociais.

3. Metodologia

Este capítulo começará por procurar respostas à questão 1: “Quais são os indicadores nos relatórios de sustentabilidade que atualmente as PME relatam?” e, desta forma, aferir que temas e que indicadores as empresas têm divulgado nos relatórios de sustentabilidade tendo em conta 4 zonas geográficas, Portugal, Espanha, Itália e Grécia.

No início, recorrendo à base de dados da *SME Sustainable Practices*. O projeto PME Sustentável surgiu em 2016 pelo promotor líder Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) devido à necessidade de responder aos desafios que a diretiva 2014/95/EU abrange, pois, apesar de apenas obrigar ao reporte anual de informações não financeiras a grandes sociedades e grupos, uma significativa parte dos fornecedores destas são PME. Ou seja, prevê-se que as PME serão mais abordadas quanto à sua gestão sustentável. Desta forma, o programa pretende desenvolver ferramentas, guias, sessões de formação para que se posicionem como uma PME sustentável e inovadora (*SME Sustainable Practices*, s.d.b). Atualmente, 51 empresas têm parceria com o projeto. Após uma pesquisa individualizada verificou-se que, das empresas que possuíam *web site*, nenhuma disponha atualmente de relatórios de sustentabilidade disponível para acesso.

O passo seguinte foi recorrer à base de dados da PME Excelência realizado pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) onde foram destacadas 3881 empresas referentes ao ano de 2021 que são responsáveis por 123 140 postos de trabalho. Os setores mais representativos da amostra é o setor do comércio e o da indústria, representados em 29,9 por cento e 25,4 por cento, respetivamente. Relativamente à dimensão 72,7 por cento das empresas são de pequena dimensão, 21,4 por cento de média dimensão e as restantes de pequena dimensão (IAPMEI, s.d.). Após a análise individual das empresas, acedendo ao *web site*, das que dispunham, foram encontrados três relatórios de sustentabilidade, em que um deles se tratava de uma empresa do setor da informática relativo a 2016. Os outros dois relatórios de sustentabilidade correspondem a empresas do setor da engenharia e do setor têxtil com valores e informação reportada ao ano de 2021.

Após a verificação cuidada da existência de relatórios de sustentabilidade em *web sites* disponíveis de 3 932 PME cedido pela APEE e pelo IAPMEI, como apenas resultou 3 relatórios de sustentabilidade, tornou-se necessário recorrer a mais uma base de dados e alargar a região de pesquisa para países similares a Portugal de acordo com as componentes

variedades de capitalismo (VoC) como Espanha, Itália e Grécia. Por esse motivo, foi analisado uma terceira base disponibilizada pela *United Nations Global Compact*.

O pacto global da ONU apoia as empresas a realizar negócios alinhados com os dez princípios relativos a temas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção, como também estratégias mais amplas de acordo com os objetivos de desenvolvimento sustentável (United Nations Global Compact, s.d.b). Logo, as entidades empresariais e não empresarias que tenham interesse em beneficiar deste apoio adotam os compromissos da *UN Global Compact* juntando-se à iniciativa. Esta inclusão também traz responsabilidade para a entidade sendo que uma delas é a produção de um relatório anual onde indique os esforços contínuos ou a informação relativa às áreas dos dez princípios fazer parte do RS (United Nations Global Compact, s.d.c). Posto isto, na base de dados de um total de 22 941 entidades de todas as dimensões foram consideradas apenas as PME nos países: Portugal, Itália, Grécia e Espanha resumindo-se a 1785 entidades (United Nations Global Compact, s.d.a). Do total de 1785 entidades, 43 são da Grécia, 327 de Itália, 67 de Portugal e 1 339 de Espanha. Após a adesão à iniciativa as empresas precisam de produzir o *Communication on Progress*, no entanto existem organizações que optam pelo relatório de sustentabilidade. Pressupondo que as PME que aderiram há mais anos têm mais probabilidade de conter relato de sustentabilidade foram analisadas as empresas pela ordem decrescente temporária de adesão, tendo resultado 11 relatórios de sustentabilidade de Espanha, 5 de Itália, 2 de Portugal, e 1 da Grécia. Através da análise individualizada das empresas, verificou-se que a maioria opta pelo documento *Communication on Progress*.

Agregando as três bases de dados, resultou em 11 relatórios de sustentabilidade de Espanha, 5 de Portugal, 5 de Itália e 1 da Grécia. Na tabela 3 indica a denominação das empresas envolvidas, como também características como: país, setor e ano do reporte.

Tabela 3 - Amostra empresas com relatórios de sustentabilidade consideradas no estudo

Empresa	País	Sector	Ano de reporte
ADASA	Espanha	Construção & Materiais	2020
COFIDES	Espanha	Serviços financeiros e de crédito	2021
Contazara	Espanha	Metais industriais e mineração	2021
Industrias Químicas del Ebro S.A	Espanha	Indústria química	2021
INGETEAM	Espanha	Hardware e equipamentos de tecnologia	2021
LAVOLA 1981	Espanha	Serviços de apoio industrial	2020
Maxam	Espanha	Produtos químicos	2020
SIGRE	Espanha	Produtos farmacêuticos e biotecnologia	2021
SIRIMIRI	Espanha	Serviços de apoio industrial	2021
VMC	Espanha	Serviços de apoio industrial	2021
ZAL Port	Espanha	Serviços de tecnologia	2021
ANAVATHMISI	Grécia	Serviços financeiros e de crédito	2020
GEMAR SRL	Itália	Diversificado	2020
ICOP	Itália	Construção & Materiais	2020-2021
INGECAL	Itália	Serviços de apoio industrial	2021
Intesys	Itália	Serviços de software e computador	2018-2019-2020
NTS	Itália	Serviços de apoio industrial	2021
Forteam Lab.	Portugal	Indústrias Gerais	2021
IM Gestão de Ativos	Portugal	Serviços financeiros	2021
Inforlandia	Portugal	Serviços de tecnologia	2016
Quadrante Engenharia	Portugal	Serviços de engenharia	2021
Sourcetextile	Portugal	Indústria textil	2022

Fonte- Elaboração própria

Pela amostra recolhida pode-se concluir que a Espanha além de conter o maior número de empresas com adesão à GRI tem um maior número de relatórios de sustentabilidade quando comparado com Portugal, Itália e Grécia. Ao contrário da Grécia que apresenta menor representatividade quando comparado com os restantes. No que diz respeito ao setor, na amostra utilizada, o mais verificado é o setor de serviços de apoio industrial.

4. Apresentação de resultados e proposta de modelo de RS

Ao observar tanto os relatórios de sustentabilidade recolhidos na base de dados do IAPMEI como também os extraídos na *UN Global Compact*, constatou-se que alguns indicadores são comuns nos relatórios de sustentabilidade, estes encontram-se resumidos na tabela 4. Na tabela 5 encontra-se identificado a presença dos KPI por país.

Na tabela 4 contém a resposta à questão 1, pois, de uma forma geral, todas as PME conseguem responder aos tópicos pedidos, podendo ter de existir algum esclarecimento adicional pela especificidade do negócio. Relativamente à tabela 5 pode-se concluir que no que diz respeito à Grécia por só representar 1 relatório de sustentabilidade na amostra apenas existe como resultado 0% ou 100%. Fora esse país denota-se a presença da generalidade dos indicadores de forma comum, com exceção de Espanha no que diz respeito ao indicador “número de indicadores por geografia” e na Itália quanto ao “consumo total de papel”.

Sendo que os indicadores predominantes são o “consumo total de energia”, “número de colaboradores por género” e “vendas e serviços prestados”.

Tabela 4 - *KPIs* nos 22 relatórios de sustentabilidade

KPIs Relatório de Sustentabilidade
1. KPIs Ambiental
1.1. Consumo total de Energia
1.2. Consumo total de Água
1.3. Consumo total de Papel
1.4. Emissões de Gases Efeito de Estufa
1.5. Resíduos
2. KPIs Social
2.1. Número de colaboradores por género
2.2. Número de colaboradores por faixa etária
2.3. Número de colaboradores por geografia
2.4. Fluxos de entradas e saídas de colaboradores por saída
2.5. Número de acidentes de trabalho
2.6. Número de ações de formação realizadas
2.7. Investimento em saúde nos colaboradores
3. KPIs económicos
3.1. Vendas e Serviços Prestados
3.2. Valor distribuído
i. Aos colaboradores
ii. Aos terceiros
iii. Ao estado

Fonte – Elaboração própria

Tabela 5 - Presença dos KPIs nos 22 relatórios de sustentabilidade por país

KPIs Relatório de Sustentabilidade	Espanha	Portugal	Itália	Grécia
1. KPIs Ambiental				
1.1. Consumo total de Energia	82%	60%	60%	0%
1.2. Consumo total de Água	64%	60%	60%	0%
1.3. Consumo total de Papel	18%	60%	0%	0%
1.4. Emissões de Gases Efeito de Estufa	73%	60%	80%	0%
1.5. Resíduos	64%	60%	60%	0%
2. KPIs Social				
2.1. Número de colaboradores por genero	73%	80%	100%	100%
2.2. Número de colaboradores por faixa etária	64%	60%	80%	0%
2.3. Número de colaboradores por geografia	0%	40%	40%	0%
2.4. Fluxos de entradas e saídas de colaboradores por saída	18%	40%	20%	0%
2.5. Número de acidentes de trabalho	82%	20%	20%	0%
2.6. Número de ações de formação realizadas	55%	40%	60%	100%
2.7. Investimento em saúde nos colaboradores	9%	40%	20%	100%
3. KPIs económicos				
3.1. Vendas e Serviços Prestados	55%	100%	80%	100%
3.2. Valor distribuído	73%	80%	80%	0%
i. Aos colaboradores	73%	80%	80%	0%
ii. Aos terceiros	73%	80%	80%	0%
iii. Ao estado	73%	80%	80%	0%

Fonte – Elaboração própria

Seguidamente, para a resolução da questão 2: “Quais são as alterações/inclusões/exclusões ao modelo *Nordic Sustainability Report Standard* para o modelo de RS no enquadramento português?” existe um quadro resumo dos *KPIs quantitativos* que contem o modelo NSRS no nível 1. O quadro resumo encontra-se na tabela 2 do capítulo 2.4.

Quando se cruza os indicadores que contem no NSRS e os que as 22 PME relatam encontramos algumas semelhanças e diferenças. Tanto no NSRS como nos relatórios de sustentabilidade das PME ambos abordaram *KPIs Ambientais*, como o consumo total de energia, emissões de gases efeito de estufa e resíduos. No que diz respeito aos *KPIs Sociais*, ambos abordam o número de colaboradores por género, número de acidentes de trabalho, número de ações de formação realizadas e investimento em saúde nos colaboradores. Por outro lado, no manual NSRS não solicita informações relativas ao consumo total de água e de papel, no que diz respeito a *KPI Ambiental*. Ademais, em *KPI Social* foram verificados temas nos relatórios de sustentabilidade das 22 empresas que não foi verificado no modelo, tais como o número de colaboradores por faixa etária, por geografia e fluxos de entradas e saídas de colaboradores por saída. Outro tópico não abordado no modelo NSRS é quanto a

KPIs económicos, como por exemplo, as vendas e serviços prestados e a indicação do valor distribuído aos colaboradores, aos terceiros e ao estado. Sendo que esta informação é reportada com dimensão similar na maioria dos 22 relatórios de sustentabilidade da PME. Desta forma, pressupondo que os indicadores divulgados de forma voluntária são acessíveis, irão ser incluídos na sua totalidade à proposta de relato de sustentabilidade para PME no contexto português.

Da análise dos autores Arena & Azzone (2012) resultou sugestões para que os indicadores fossem mais específicos, nomeadamente, no que diz respeito à taxa de ausência dos colaboradores ser discriminada para o caso de ser relativo a horas de férias, doença, acidente, greve ou dispensa temporária. Neste caso, o modelo nórdico está de acordo com a sugestão, pois, o tipo de horas pedido em *KPI* do *NSRS* trata-se da “percentagem de tempo de baixas médicas” e que é por si específico.

Tal como defendido na proposta apresentada pela UNRISD (2022) é vantajoso interligar o indicador e a informação contida ao(s) objetivo(s) dos 17 ODS por múltiplos benefícios. Ao incorporar os princípios e metas das ODS em seus relatórios, as empresas podem alinhar-se a uma agenda global adotada pelas Nações Unidas, abordando os principais desafios sociais, ambientais e económicos do mundo. Essa demonstração de compromisso global é fundamental para as empresas que procuram atuar de forma responsável e transparente. A transparência fortalece a confiança e a atração no geral da panóplia de *stakeholders*. Com base nas vantagens, foi incluído essa informação na proposta de relatório de sustentabilidade para as PME, daí resulta a tabela 6.

Tabela 6 - Inclusão dos ODS nos KPI do NSRS

Nordic Sustainability Reporting Standard	SDG
Passo 1: Compromisso Climático	
1.1. Meta Climáticas	NA
1.2. Ano previsão	NA
1.3. Ano reporte	NA
Passo 2: Perfil	
2.1. Nome da organização	NA
2.2. Website	NA
2.3. Objeto	NA
2.4. Localização	NA
2.5. Número de Identificação Fiscal	NA
2.6. Escala da Organização ¹	NA
2.7. Principais fornecedores	NA
Passo 3: Stakeholders	
3.1. Lista de stakeholders internos	NA
3.2. Lista de stakeholders externos	NA
Passo 4: Avaliação do Impacte	
4.1. Ambiental	
4.1.1. Entradas de material	8
4.1.1.1. Total de peso ou volume do material ²	8
i. Materiais não-renováveis	8
ii. Materiais renováveis	8
4.1.2. Resíduos	12
4.1.2.1. Total de peso dos resíduos descartáveis	12
4.1.3. Energia	7
4.1.3.1. Total de energia consumida e/ou produzida	7
i. Fontes não-renováveis	7
ii. Fontes renováveis	7
4.1.4. Emissões de Gases Efeito de Estufa	12
4.1.4.1. Emissões diretas (scope 1)	12
4.1.4.2. Emissões indiretas (scope 2)	12
4.1.5. Taxonomia da EU	8
4.1.5.1. Indicar qual é o impacto da taxonomia EU	8
4.2. Social	
4.2.1. Número de colaboradores por género ³	8
4.2.2. Base salarial por tipo de colaborador	8
i. Cargos de liderança	8
ii. Gestão	8
iii. Staff experiente	8
iv. Staff iniciante	8
4.2.3. Percentagem de tempo de baixas médicas	8
4.2.4. Número de funcionários com formação em Segurança e Saúde	8
4.2.5. Número de horas de formação	8

Fonte – Elaboração Própria

Após a inclusão dos indicadores identificados nos 22 relatórios de sustentabilidade e não tidos em conta no modelo NSRS, resulta a tabela 7.

Tabela 7 - Proposta de RS para PME no contexto português com ODS e inclusão de novos indicadores

Nordic Sustainability Reporting Standard	SDG
Passo 1: Compromisso Climático	
1.1. Meta Climáticas	NA
1.2. Ano previsão	NA
1.3. Ano reporte	NA
Passo 2: Perfil	
2.1. Nome da organização	NA
2.2. Website	NA
2.3. Objeto	NA
2.4. Localização	NA
2.5. Número de Identificação Fiscal	NA
2.6. Escala da Organização ¹	NA
2.7. Principais fornecedores	NA
Passo 3: Stakeholders	
3.1. Lista de stakeholders internos	NA
3.2. Lista de stakeholders externos	NA
Passo 4: Avaliação do Impacte	
4.1. Ambiental	
4.1.1. Entradas de material	8
4.1.1.1. Total de peso ou volume do material ²	8
i. Materiais não-renováveis	8
ii. Materiais renováveis	8
4.1.2. Resíduos	12
4.1.2.1. Total de peso dos resíduos descartáveis	12
4.1.3. Energia	7
4.1.3.1. Total de energia consumida e/ou produzida	7
i. Fontes não-renováveis	7
ii. Fontes renováveis	7
4.1.4. Água	12
4.1.5. Papel	12
4.1.6. Emissões de Gases Efeito de Estufa	12
4.1.6.1. Emissões diretas (scope 1)	12
4.1.6.2. Emissões indiretas (scope 2)	12
4.1.6. Taxonomia da EU	8
4.1.6.1. Indicar qual é o impacto da taxonomia EU	8
4.2. Social	
4.2.1. Número de colaboradores por genero ³	8
4.2.2. Número de colaradores por faixa etária	8
4.2.3. Número de colaboradores por geografia	8
4.2.4. Fluxos de entradas e saídas de colaboradores por saída	8
4.2.5. Base salarial por tipo de colaborador	8
i. Cargos de liderança	8
ii. Gestão	8
iii. Staff experiente	8
iv. Staff iniciante	8
4.2.6. Percentagem de tempo de baixas médicas	8
4.2.7. Número de funcionários com formação em Segurança e Saúde	8
4.2.8. Número de horas de formação	8
4.3. Económico	
4.3.1. Vendas e Serviços Prestados	8
4.3.2. Valor distribuído	8
i. Aos colaboradores	8
ii. Aos terceiros	8
iii. Ao estado	8

Fonte – Elaboração própria

Relativamente ao Índice de Perceção de Corrupção (IPC), Portugal apresentou uma classificação de elevada corrupção, a par de Espanha, Itália e Grécia. Ao contrário dos países nórdicos. Isto pode ser um motivo pelo que o modelo NSRS não conter este tema nos indicadores. Impedir a corrupção é essencial para preservar a justiça e promover o desenvolvimento sustentável. Tanto a GRI como o manual da UNIRSD (2022) apresentam indicadores para esse tema. A norma GRI 205 apresenta os seguintes pontos como necessário para reporte de informação quantitativa:

1. Número de operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção;
2. Número de membros do órgão de gestão aos quais foram comunicados os procedimentos e as políticas de combate à corrupção adotadas pela organização;
3. Número de funcionários aos quais foram comunicados os procedimentos e as políticas de combate à corrupção adotados pela organização;
4. Número de parceiros aos quais foram comunicados os procedimentos e as políticas de combate à corrupção adotados pela organização;
5. Número de membros do órgão de gestão que receberam capacitação em combate à corrupção;
6. Número de funcionários que receberam capacitação em combate à corrupção;
7. Número total e natureza dos casos confirmados de corrupção;
8. Número de casos confirmados em que funcionários foram demitidos ou punidos por corrupção;
9. Número de casos confirmados em que contratos com parceiros de negócios foram rescindidos ou não renovados em decorrência de violações relacionadas à corrupção;
10. Número de processos judiciais relacionados à corrupção movidos contra a organização ou seus empregados no período de relato e o resultado desses processos.

Por outro lado, a UNIRSD (2022) apresenta como indicadores relevantes:

1. Média de horas de formação em questões anticorrupção por ano por funcionário;
2. Valor das multas relacionadas à corrupção pagas ou a pagar devido a acordos.

Devido à simplicidade demonstrada no modelo apresentado pela UNIRSD (2022) quanto à informação pedida de anticorrupção face ao modelo GRI e como se trata de uma proposta para empresas com enquadramento ao reporte de sustentabilidade no nível 1, será optado

por a opção do conjunto de indicadores SDPI.

Outra diferença verificada entre os países nórdicos e os da região mediterrânea é quanto ao apoio recebido do estado. As PME da Grécia e da Itália apresentaram valores elevados e a Espanha com valores significativos (OECD, 2021). Portanto, apesar de Portugal apresentar valores abaixo da média da OECD no que diz respeito ao apoio recebido do estado é vantajoso incluir esta informação de forma a abranger um maior estímulo ao aperfeiçoamento das políticas públicas e por esta informação contida no indicador influenciar a tomada de decisão.

Sendo assim, após a inclusão destes dois temas na proposta de modelo de RS para as PME no contexto português indicada na tabela 7, apresento a tabela 8 com a proposta final.

Tabela 8 - Proposta Final do modelo de relato de sustentabilidade para PME no contexto português

Nordic Sustainability Reporting Standard	SDG
Passo 1: Compromisso Climático	
1.1. Meta Climáticas	NA
1.2. Ano previsão	NA
1.3. Ano reporte	NA
Passo 2: Perfil	
2.1. Nome da organização	NA
2.2. Website	NA
2.3. Objeto	NA
2.4. Localização	NA
2.5. Número de Identificação Fiscal	NA
2.6. Escala da Organização	NA
2.7. Principais fornecedores	NA
Passo 3: Stakeholders	
3.1. Lista de stakeholders internos	NA
3.2. Lista de stakeholders externos	NA
Passo 4: Avaliação do Impacte	
4.1. Ambiental	
4.1.1. Entradas de material	8
4.1.1.1. Total de peso ou volume do material	8
i. Materiais não-renováveis	8
ii. Materiais renováveis	8
4.1.2. Resíduos	12
4.1.2.1. Total de peso dos resíduos descartáveis	12
4.1.3. Energia	7
4.1.3.1. Total de energia consumida e/ou produzida	7
i. Fontes não-renováveis	7
ii. Fontes renováveis	7
4.1.4. Água	12
4.1.5. Papel	12
4.1.6. Emissões de Gases Efeito de Estufa	12
4.1.6.1. Emissões diretas (scope 1)	12
4.1.6.2. Emissões indiretas (scope 2)	12
4.1.6. Taxonomia da EU	8
4.1.6.1. Indicar qual é o impacto da taxonomia EU	8
4.2. Social	
4.2.1. Número de colaboradores por genero	8
4.2.2. Número de colaradores por faixa etária	8
4.2.3. Número de colaboradores por geografia	8
4.2.4. Fluxos de entradas e saídas de colaboradores por saída	8
4.2.5. Base salarial por tipo de colaborador	8
i. Cargos de liderança	8
ii. Gestão	8
iii. Staff experiente	8
iv. Staff iniciante	8
4.2.6. Percentagem de tempo de baixas médicas	8
4.2.7. Número de funcionários com formação em Segurança e Saúde	8
4.2.8. Número de horas de formação	8
4.3. Económico	
4.3.1. Vendas e Serviços Prestados	8
4.3.2. Valor distribuído	8
i. Aos colaboradores	8
ii. Aos terceiros	8
iii. Ao estado	8
4.3.3. Apoio recebido do estado	9
4.4. Risco de Corrupção	
4.4.1. 1. Média de horas de formação em questões anticorrupção por ano por funcionário	16
4.4.6. 2. Valor das multas relacionadas à corrupção pagas ou a pagar devido a acordos	16

Fonte – Elaboração própria

5. Conclusão

Em conclusão, este trabalho propõe o desenvolvimento de um modelo simplificado de relato de sustentabilidade (RS) destinado às Pequenas e Médias Empresas (PME) em Portugal. Com base no NSRS, o modelo encontra-se adaptado às características específicas do país, visando auxiliar as PME a iniciar a elaboração de RS e contribuir para a transição ambiental. Ao tornar o RS um instrumento de transparência acessível, que abrange indicadores gerais, económicos, ambientais e sociais, pretende-se promover a adoção de práticas sustentáveis por parte das PME e alinhar suas atividades com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela ONU.

A inclusão das PME no relato de sustentabilidade é de suma importância, uma vez que essas empresas desempenham um papel significativo tanto na economia quanto no impacto ambiental. Apesar de representarem a grande maioria das empresas (Ayyagari et al., 2011), as PME não foram amplamente consideradas nas discussões sobre sustentabilidade e responsabilidade empresarial até recentemente (UNRISD, 2022). Portanto, esse estudo aponta preencher essa lacuna, identificando os indicadores atualmente reportados pelas PME e propondo adaptações ao modelo NSRS, a fim de ir de encontro às especificidades do contexto português. Através de uma abordagem qualitativa e baseada em referências académicas e características do mercado, pretende-se aproximar as PME da solução e permitir que essas empresas contribuam de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável.

A revisão da literatura abordou em primeiro lugar a perceção da sustentabilidade nas PME, destacando a importância do desenvolvimento sustentável e a oportunidade que a sustentabilidade oferece para melhorar a imagem de marca e obter vantagem competitiva. No entanto, as práticas de sustentabilidade nas PME ainda são informais e enfrentam desafios como falta de recursos, conhecimento, dificuldade financeira e ausência de apoios públicos. Superar esses desafios requer por vezes apoio político, estruturas adequadas e colaboração entre governo, instituições financeiras e PME (Krauss et al., 2010).

Nos últimos anos, diversos conceitos e normas foram desenvolvidos para auxiliar as empresas na elaboração de relatórios sobre sustentabilidade empresarial (Baumuller & Sopp, 2021). O Relato de Sustentabilidade (RS) e o Relato Integrado (RI) são dois tipos de relatórios que abordam informações ambientais, sociais e/ou corporativas, porém de forma diferente.

Normas como as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (NERS), Global Reporting Initiative (GRI), Sustainability Accounting Standards Board (SASB) foram desenvolvidas para orientar a elaboração desses relatórios. Embora haja um aumento na divulgação de relatórios de sustentabilidade, especialmente em países desenvolvidos (Masum et al., 2020), ainda há desafios quanto à qualidade dos relatórios e à comunicação dos impactos positivos e negativos (KPMG International, 2022).

As regiões nórdicas e mediterrâneas da Europa apresentam diferenças significativas em diversos aspetos, como economia, condições de trabalho, corrupção e desenvolvimento humano. Essas diferenças refletem-se nas características das PME, por afetar a sua produtividade e o apoio recebido do Estado. As teorias sociopolíticas e institucionais analisam a interação complexa entre empresas, sociedade, política e instituições e através das variedades de capitalismo confirmou-se que a região nórdica está classificada num grupo diferente da região mediterrânea (Berrou & Carrincazeaux, 2005). O contexto económico, incluindo o PIB per capita, influencia a qualidade social e institucional e foi verificado com valores mais altos nos países da região nórdica (Eurostat, s.d.). Condições de trabalho e corrupção também desempenham um papel importante e é onde os países nórdicos também apresentam melhores indicadores (ILOSTAT, s.d.). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mostra que os países nórdicos têm melhor desempenho em comparação com os países mediterrâneos (United Nations Development Programme, s.d.). As diferenças nas PME também são observadas em relação ao tamanho, produtividade, lucratividade e apoio estatal. Essas disparidades refletem a necessidade de alterações ao modelo NSRS.

O estudo abordou os indicadores de sustentabilidade reportados pelas pequenas e médias empresas (PME) em quatro regiões geográficas: Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Foram consultadas bases de dados da SME Sustainable Practices, do IAPMEI e do United Nations Global Compact. Embora apenas algumas empresas tenham disponibilizado relatórios de sustentabilidade nos *websites*, foi possível identificar uma amostra representativa. A Espanha foi o país com maior número de empresas com relatórios, seguida de Portugal, Itália e Grécia. Os setores mais comuns com relatórios de sustentabilidade foram os de serviços de apoio industrial. Quanto aos indicadores encontrados predominantes são relativos ao “consumo total de energia”, “número de colaboradores por gênero” e “vendas e serviços prestados”. Na Espanha em relação ao "número de indicadores por geografia" e na Itália em relação ao "consumo total de papel", não foram verificados nos relatórios de sustentabilidade.

Após analisar as diferenças e semelhanças entre o modelo NSRS e os relatórios de sustentabilidade das 22 PME portuguesas, foram identificadas algumas alterações e inclusões necessárias para adaptar o NSRS ao contexto português. Embora o NSRS aborde indicadores ambientais e sociais semelhantes aos relatados pelas PME, há diferenças importantes, como a falta de informações sobre consumo de água, consumo de papel e indicadores económicos no NSRS. Além disso, a inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) proposta pela UNRISD foi considerada vantajosa. Com base nessas análises, foi elaborada uma proposta de relato de sustentabilidade para PME no contexto português, incluindo os indicadores identificados nos relatórios das PME e os ODS, resultando na tabela 7. Por fim, tendo em consideração a classificação de Portugal como um país com elevada corrupção, foi proposta a inclusão de indicadores relacionados ao combate à corrupção, com base nos indicadores propostos pelo UNRISD (2022). Dando assim resultado na proposta final do modelo de relato de sustentabilidade para as PME no contexto português e que se encontra representado na tabela 8.

6. Implicações

Atualmente, apesar das organizações se encontrarem mais sensibilizadas quanto ao tema e à necessidade em realizar mais práticas sustentáveis, os relatórios de sustentabilidade que daí resultam são efémeros em Portugal. As PME em Portugal ainda não têm como prática anual a realização de relatórios sobre as atividades de sustentabilidade. Por isso, ao se tratar de um modelo de relato de sustentabilidade para PME no contexto português representa-se como uma incapacidade. Por outro lado, também se pode tornar um ponto positivo porque realça a necessidade de um modelo mais simples para auxiliar as empresas.

Embora as limitações de recursos e acesso a relatórios de sustentabilidade nas PME em Portugal, foi possível recolher dados em países com semelhanças económicas, como: Espanha, Itália e Grécia. No entanto, no total resultou numa amostra de 22 relatórios de sustentabilidade. Para a dimensão das PME globalmente, resultar 22 relatórios de sustentabilidade trata-se de uma amostra de tamanho reduzido. Esta limitação pode restringir a generalização dos resultados e a aplicabilidade do modelo proposto a um conjunto mais amplo de empresas. De forma a diminuir este obstáculo, recorreu-se a literatura científica e a características económicas e sociais para ajudar na criação do modelo mais adequado às PME do contexto que se pretende.

As PME em diferentes setores de atividade e contextos podem enfrentar desafios e necessidades distintas em relação ao relato de sustentabilidade. Portanto, um modelo único pode não ser totalmente adequado ou relevante para todas as PME no contexto português. Contudo, como a proposta de modelo abrange unicamente indicadores gerais aumenta a probabilidade de adequabilidade ao maior número de PME em Portugal, que se trata dos pontos mais importantes para iniciar a divulgação do relato de sustentabilidade.

Por último, a interpretação e análise dos dados recolhidos podem ser subjetivos, dependendo da perspetiva do pesquisador. Isso pode levar a uma certa dose de viés na abordagem e nos resultados obtidos.

7. Futuras pesquisas

Como futuras pesquisas para se possa expandir o conhecimento e compreensão do tema, seria vantajoso haver uma validação empírica do modelo através de estudos de caso ou pesquisas quantitativas para testar e validar a eficácia do proposto, envolvendo a implementação em empresas.

Adicionalmente, analisar a aplicabilidade do modelo proposto em diferentes setores de atividade. Cada setor pode ter características e desafios únicos em relação à sustentabilidade, portanto, adaptar o modelo para estar de acordo às necessidades específicas de diferentes setores pode ser uma área de pesquisa relevante.

Da mesma forma, investigar os efeitos e impactos do relato de sustentabilidade nas PME, como melhoria da imagem empresarial, acesso a financiamento, atração de clientes e funcionários, como também desempenho financeiro. Com o objetivo de ajudar a fornecer uma compreensão mais completa dos benefícios e das implicações práticas da adoção ao modelo proposto. Por último, no caso não haver aplicabilidade averiguar e analisar as possíveis barreiras do modelo proposto ou das PME.

8. Referências

- ACCA. (2012). The future of financial reporting 2012: problems and solutions. 3-27.
- Acs, Z. J., Audretsch, D. B., Braunerhjelm, P., & Carlsson, B. (2012). Growth and entrepreneurship. *Small Business Economics*, 39, 289-300.
- Arena, M., & Azzone, G. (2012). A process - based operational framework for sustainability reporting in SMEs. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 19(4), 669-686.
- Atela, J., Gannon, K. E., & Crick, F. (2018). Climate change adaptation among female-led micro, small and medium enterprises in semi-arid areas: a case study from Kenya.
- Ayyagari, M., Demirguc-Kunt, A., & Maksimovic, V. (2011). *Small vs. Young Firms across the World: Contribution to Employment, Job Creation, and Growth*. The World Bank.
- Bateman, A. H., Blanco, E. E., & Sheffi, Y. (2017). Disclosing and reporting environmental sustainability of supply chains. *Sustainable supply chains: a research-based textbook on operations and strategy*, 119-144.
- Baumuller, J., & Sopp, K. (2021). Double materiality and the shift from non-financial to European sustainability reporting: review, outlook and implications. *Journal of Applied Accounting Research*, 8-28
- Berrou, J., & Carrincazeaux, C. (2005). La diversité des capitalismes et les pays d'Europe centrale et orientale: Une analyse statistique [Diversity of capitalism and Central and Eastern European countries: A statistical analysis. GRES 18.
- Calace, D. (2014). Non-Financial Reporting in Italian SMEs: An Exploratory Study on Strategic and Cultural Motivations. *International Journal of Business Administration*.
- Campbell. (2007). Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility. *Academy of Management Review* 32, 946-967.
- Carnevale, C., & Mazzuca, M. (2014). Sustainability Reporting and Varieties of Capitalism. *Sustainable Development*, 361-376.
- CDSB. (s.d.). *Framework for reporting environmental and social information*. Retrieved from: <https://www.cdsb.net/what-we-do/reporting-frameworks/environmental-information-natural-capital>
- Chatzistamoulou, N., & Tyllianakis, E. (2022a). Commitment of European SMEs to resource efficiency actions to achieve sustainability transition. A feasible reality or an elusive goal? *Journal of Environmental Management* 321.
- Chatzistamoulou, N., & Tyllianakis, E. (2022b). Green growth & sustainability transition

- through information. Are the greener better informed? Evidence from European SMEs. *Journal of Environmental Management*.
- Chen, Y., Zhuo, Z., Zeying, H., & Li, W. (2022). Environmental regulation and ESG of SMEs in China: Porter hypothesis re-tested. *Science of the Total Environment*.
- Christofi, A., Christofi, P., & Sisaye, S. (2012). Corporate sustainability: historical development and reporting practices. *Management Research Review*, 157-172.
- Clarkson. (1995). A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *The Academy of Management Review* 20, 92-117.
- CMVM. (s.d.). *CMVM disponibiliza modelo de relatório para divulgação de informação não financeira*. Retrieved from: https://www.cmvm.pt/pt/Comunicados/comunicados_mercado/Pages/20210202a.aspx?v=
- Cunha, P., Neves, S., Marques, A., & Serrasqueiro, Z. (2020). Adoption of energy efficiency measures in the buildings of micro-, small- and medium-sized Portuguese enterprises. *Energy Policy*, 146.
- Darcy, C., Hill, J., McCabe, T., & McGovern, P. (2014). A consideration of organisational sustainability in the SME context: A resource-based view and composite model. *European Journal of Training and Development*. 398-414.
- Das, M., Rangarajan, K., & Dutta, G. (2020). Corporate sustainability in small and medium-sized enterprises: a literature analysis and road ahead. *Journal of Indian Business*, 271-300.
- Deloitte. (2021). *Reporting of non-financial information*. Retrieved from: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/be/Documents/audit/DT-BE-reporting-of-non-financial-info.pdf>
- EFAA. (2023). Relato de Sustentabilidade: De que forma os Contabilistas Certificados podem reforçar as suas competências no apoio às PME.
- EFRAG. (2021). *Proposals for a relevant and dynamic EU sustainability reporting standard-setting*.
- Elkington, J., & Rowlands, I. H. (1999). Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century business. *Alternatives Journal*, 42.
- ETHOS. (2008). *Indicadores de Responsabilidad Social Empresaria: Pao a paso para pymes*. Instituto Argentino de Responsabilidad Social Empresaria.
- European Commission. (2022a). Annual Report on European SMEs 2021/2022 SMEs and environmental sustainability.

- European Commission. (2022b). SMEs, green markets and resource efficiency. *Flash Eurobarometer 498*.
- European Commission. (s.d.). *Entrepreneurship and small and medium-sized enterprises (SMEs)*. Retrieved from: https://single-market-economy.ec.europa.eu/smes_en
- Eurostat. (s.d.). *Real GDP per capita*. Retrieved from: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg_08_10/default/table?lang=en
- Favotto, A., Kollman, K., & Bernhagen, P. (2016). Engaging firms: The global organisational field for corporate social responsibility and national varieties of capitalism. *Policy and Society*, 13-27.
- Garrido-Prada, P., Lenihan, H., Doran, J., Rammer, C., & Perez-Alaniz, M. (2021). Driving the circular economy through public environmental and energy R&D: Evidence from SMEs in the European Union. *Ecological Economics* 182.
- Gjølberg, M. (2009). Measuring the immeasurable? Constructing an index of CSR practices and CSR performance in 20 countries. *Scandinavian Journal of Management*, 10-22.
- Global Reporting Initiative. (2013). *Carrots and sticks: Sustainability reporting policies worldwide-today's best practice, tomorrow's trends*.
- Grewal, D., Krishnan, R., Baker, J., & Borin, N. (1998). The Effect of Store Name, Brand Name and Price Discounts on Consumers' Evaluations and Purchase Intentions. *Journal of Retailing* 74, 331-352.
- GRI. (2016). GRI 205: Combate à Corrupção 2016.
- GRI. (s.d.a). *The global leader for impact reporting*. Retrieved from: <https://www.globalreporting.org/>
- GRI. (s.d.b). *A Short Introduction to the GRI Standards*. Retrieved from: <https://www.globalreporting.org/media/wtaf14tw/a-short-introduction-to-the-gri-standards.pdf>
- GRI. (s.d.c). *Corporate Sustainability and Reporting for Competitive Business*. Retrieved from: <https://www.globalreporting.org/public-policy-partnerships/strategic-partners-programs/corporate-sustainability-and-reporting-for-competitive-business/>
- Griggs, D., Stafford-Smith, M., Gaffney, O., Rockström, J., Öhman, M. C., & Shyamsunda, P. (2013). Sustainable development goals for people and planet. *Nature* 495, 305–307.
- Grin, J., Rotmans, J., & Schot, J. (2010). *Transitions to sustainable development: new directions in the study of long term transformative change*. Routledge.

- Hall, P. A. (2018). Varieties of capitalism in light of the euro crisis. *Journal of European Public Policy*, 7-30.
- IAPMEI. (s.d.). *PME Excelência* . Retrieved from: <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/PME-Lider/PME-Excelencia.aspx>
- IFRS. (2022). *IFRS Foundation completes consolidation with Value Reporting Foundation*. Retrieved from: <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2022/08/ifrs-foundation-completes-consolidation-with-value-reporting-foundation/>
- IFRS. (s.d.). *Value Reporting Foundation*. Retrieved from: <https://www.ifrs.org/sustainability/value-reporting-foundation/>
- IIRC. (2021). *The International < IR > Framework*. Retrieved from: <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2021/01/InternationalIntegratedReportingFramework.pdf>
- ILOSTAT. (s.d.). *Statistics on union membership*. Retrieved from: <https://ilostat.ilo.org/topics/union-membership/>
- KPMG e Sustainability. (2008). *Count Me In – the Readers’ Take on Sustainability Reporting*. Retrieved from: http://www.kpmg.com/gr/en/issuesandinsights/articlespublications/sustainability/pages/ss_count-me-in.aspx
- KPMG International. (2020). The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020.
- KPMG International. (2022). Survey of Sustainability Reporting 2022.
- Krauss, A., Rūteliūnė, A., & Piligrimienė, Ž. (2010). SME in search for feasible concepts for systematic social responsibility in times of crisis. *Economics and Management*, 635-641.
- Masum, M., Hasan, M., Miraz, M., Tuhin, K., & Chowdhury, A. (2020). Factors Affecting the Sustainability Reporting, Evidence from Bangladesh. *International Journal of Mechanical and Production Engineering Research and Development*, 8323-8338.
- McElroy, W. M. (2008). Social Footprints: Measuring the Social Sustainability Performance of Organizations.
- Michelon, G., & Parbonetti, A. (2010). The effect of corporate governance on sustainability. *Journal of Management and Governance*, 16, 477-509.
- Nilsson, Cunningham, & Hassel. (2008). A study of the provision of environmental information in financial analysts’ research reports. *Sustainable Development* 16, 180-194.
- Nordic Sustainability Reporting Standard. (2021). *NSRS Foundation*.
- Nordic Sustainability Reporting Standard. (s.d.). *A sustainability reporting standard for Nordic*

- SME's*. Retrieved from: <https://www.nsr.eu/>
- OECD. (2017). Enhancing the Contributions of SMES in a Global and Digitalised Economy. In Meeting of the OECD Council at Ministerial Level (pp. 1-24). Paris: OECD Publishing. <https://www.oecd.org/mcm/documents/C-MIN-2017-8-EN.pdf>
- OECD. (2018). Environmental Policy Toolkit for SME Greening in EU Eastern Partnership Countries, OECD Green Growth Studies, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264293199-en>
- OECD. (2019). *SME Performance*. Retrieved from: <https://www.oecd.org/cfe/smes/smeperformance.htm>
- OECD. (2021). SME and Entrepreneurship Outlook 2021.
- Parry, S. (2012). Going green: the evolution of micro-business environmental practices. *Business Ethics: A European Review*, 220-237.
- Perello-Marin, M. R., Rodríguez-Rodríguez, R., & Alfaro-Saiz, J.-J. (2022). Analysing GRI reports for the disclosure of SDG contribution in European car manufacturers. *Technological Forecasting & Social Change*, 181.
- Pessoa, F. (1993). Álvaro de Campos—Livro de Versos. *Lisboa: Estampa*.
- Pinto, H., Healy, A., & Cruz, A. (2019). Variedades de capitalismo e clusters de resiliência: uma abordagem exploratória para regiões europeias.
- Pizzi, P., Rosati, F., & Venturelli, A. (2021). The determinants of business contribution to the 2030 Agenda: Introducing the SDG Reporting Score. *Business Strategy and the environment*, 404-421.
- Pordata. (s.d.). *Empresas: total*. Retrieved from: <https://www.pordata.pt/portugal/empresas+total-2854>
- Pordata. (s.d.). *Pequenas e médias empresas: total e por dimensão*. Retrieved from: <https://www.pordata.pt/portugal/pequenas+e+medias+empresas+total+e+por+dimensao-2927>
- Porter, M. (1991). America's green strategy. *Scientific American Volume 264*.
- Preuss, L., & Perschke, J. (2010). Slipstreaming the Larger Boats: Social Responsibility in Medium-Sized Businesses. *Journal of Business Ethics* 2010, 531-551.
- PWC. (2023). Normas de Relato de Sustentabilidade da UE (ESRS).
- SASB. (s.d.). *SASB Standards connect business and investors on the financial impacts of sustainability*. Retrieved from: <https://www.sasb.org/about/>
- Semenova N, Hassel LG. 2008. Financial outcomes of environmental risk and opportunity

- for US companies. *Sustainable Development* 16(3), 195–212.
- Sepideh, P., & Kouhy, R. (2008). Social reporting by companies listed on the alternative. *Journal of Business Ethics* 79, 345-360.
- SME Sustainable Practices. (s.d.a). *Companies*. Retrieved from: https://smesustainablepractices.com/en_US/companies/mySearchForm/?Title=&Nif=&ttCompanyDimensionID=3&Validate=1&urlID=0&action_doMySearch=search#h2results
- SME Sustainable Practices. (s.d.b). *About the project*. Retrieved from: https://smesustainablepractices.com/en_US/about/
- TCFD. (2017). Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures.
- Transparency International. (s.d.). *Corruption Perceptions Index*. Retrieved from: <https://www.transparency.org/en/cpi/2022>
- Tsagas, G., & Villiers, C. (2020). Why “Less is More” in Non-Financial Reporting Initiatives: Concrete Steps Towards Supporting Sustainability. *Accounting, Economics, and Law: A Convivium*.
- Turban, D. B., & Cable, D. M. (2003). Firm reputation and applicant pool characteristics. *The International Journal of Industrial, Occupational and Organizational Psychology and Behavior* 24, 733-751.
- United Nations Development Programme (s.d.). *Human Development Index (HDI)*. Retrieved from: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>
- United Nations Global Compact. (s.d.a). *See who's involved*. Retrieved from: UN Global Compact: https://unglobalcompact.org/what-is-gc/participants/search?search%5Bkeywords%5D=&button=&search%5Borganization_types%5D%5B%5D=19&search%5Bcountries%5D%5B%5D=72&search%5Bcountries%5D%5B%5D=91&search%5Bcountries%5D%5B%5D=165&search%5Bcountries%5D%5B%5D=56&s
- United Nations Global Compact. (s.d.b). *Business as a force for good*. Retrieved from: UN Global Compact: <https://unglobalcompact.org/what-is-gc/mission>
- United Nations Global Compact. (s.d.c). *Choose principles*. Retrieved from: UN Global Compact: <https://unglobalcompact.org/participation/join/commitment>
- United Nations. (1987). Report of the World Commission on Environment and

- Development : "Our common future". Brundtland Report.
- United Nations. (s.d.). *Do you know all 17 SDGs?* Retrieved from: <https://sdgs.un.org/goals>
- UNRISD. (2022). *Authentic Sustainability Assessment: A User Manual for the Sustainable Development Performance Indicators*.
- Upstill-Goddard, J., Glass, J., Dainty, A. R., & Nicholson, I. (2015). Implementing sustainability in small and medium-sized construction firms: The role of absorptive capacity. *Engineering, Construction and Architectural Management*, 407-427

FACULDADE DE ECONOMIA

--	--